



SESOC

aparece

cidade

de

goiânia

na

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MONOGRAFIAS
DIGITAIS NO BANCO DE DADOS DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE
CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

Eu, Jéssica de Brito Araújo,

Na qualidade de titular dos direitos de autor que recaem sobre a minha monografia de conclusão de curso, intitulada Sesc Aparecida de Goiânia defendida em 31/01/23, junto a banca examinadora do curso com fundamento nas disposições da lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, autorizo a disponibilizar gratuitamente a obra citada, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou *downloading* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade Estadual de Goiás / Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas, a partir desta data.

- autorizo texto completo
- autorizo parcial (resumo)

Assim, autorizo a liberação total ou resumo de meu trabalho, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Anápolis, 20 de janeiro de 2023.

Assinatura do (a) autor (a):

Jéssica de Brito Araújo

Assinatura do (a) Orientador (a):

Bruno Bomfim Moreno

Universidade Estadual de Goiás
Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo
Arquitetura e Urbanismo

SESC APARECIDA DE GOIÂNIA.

Jéssica de Brito Araújo
Orientação Ms. Bruno Bomfim Moreno

ANÁPOLIS-GO
2023



agradecimentos

Eu não poderia deixar de expressar, mesmo de maneira singela, a minha profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço ao meu orientador, cuja orientação e apoio foram fundamentais para a finalização e sucesso deste projeto. Agradeço também a todos os meus colegas de turma, que compartilharam a transformadora jornada da graduação comigo. Finalmente, gostaria de agradecer a minha família e amigos que me apoiaram incondicionalmente, agradeço por todo o apoio e incentivo que me deram durante este processo tão importante. Muito obrigada a todos!



Sumário



01 02 03 04 05

1. INTRODUÇÃO.

2. O SISTEMA. “S”

2.1. HISTÓRIA DO SISTEMA. “S”

2.2. SESC.

2.3. SISTEMA “S” NA REGIÃO.

2.4. SESC APARECIDA DE GOIÂNIA.

3. O LUGAR.

3.1. APARECIDA DE GOIÂNIA E A REGIÃO DE INTERVENÇÃO.

3.2. ASPECTOS FÍSICOS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.

3.3. ANÁLISE DO LUGAR.

4. O PROJETO.

4.1. ESTUDOS DE CASO.

4.2. DIRETRIZES DE PROJETO.

4.3. MEMORIAL DE PROJETO - CONCEITO E PARTIDO.

4.4. PROGRAMA DE NECESSIDADE.

4.5. IMPLANTAÇÃO, CORTES, PLANTAS, ELEVAÇÕES, MAQUETES ELETRÔNICAS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

01

introdução

Introdução.

Ao analisarmos a atuação dos Sesc nas cidades e também nas sociedades, compreendemos o poder de impacto que a instituição pode exercer nos aspectos culturais e de lazer.

No entanto, a cidade de Aparecida de Goiânia não possui um Sesc. Através dos estudos realizados por meio deste, podemos notar nesta cidade, a carência de espaços direcionados ao lazer e à cultura.

Muito disso talvez se deva a relação da cidade com a capital, em que por um período de tempo, Aparecida de Goiânia foi conhecida como uma cidade dormitório,. Esta pauta também será discutida ao longo da parte teórica deste estudo.

Este trabalho propõem ainda, o entendimento da formação histórica do Sesc, que abrange também as outras instituições pertencentes ao sistema “s”. Englobando também, uma análise da região, analisando e apontando estas instituições no entorno, logo após parte para um estudo mais específico a respeito do local de intervenção da proposta de projeto.

Com isso, foram apontados todos os aspectos físicos do lugar, realizando um reconhecimento do local, para propor intervenções destinadas a valorizar e preservar estes espaços, a fim de garantir um projeto que contribua para o desenvolvimento da cidade de Aparecida de Goiânia, conseqüentemente e principalmente, contribuindo a favor dos usuários, oferecendo espaços arquitetônicos qualificados e propocionando programas voltados a cultura e ao lazer.

o sistema "s"

02

2.1. A História do Sistema “S”.

Para um melhor entendimento do presente trabalho, faz-se necessário um breve estudo a respeito das origens da temática escolhida.

O SESC é uma das sete instituições pertencentes às chamadas escolas “S” que surgem como ferramentas para o desenvolvimento industrial, comercial e também social do Brasil na década de 1940.

Estas instituições são: o Serviço Social do Comércio (Sesc); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

Posteriormente foram criadas mais quatro instituições, concebidas após a Constituição Federal de 1988. Sendo elas: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Social de Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

O surgimento do sistema “S” acontece em uma época de forte influência do Estado nas indústrias, uma vez que o período marca o início da industrialização do país e são estas escolas as responsáveis por capacitar os trabalhadores da indústria e do comércio.

“A responsabilidade pela capacitação profissional e por serviços sociais voltados aos trabalhadores da indústria e do comércio, foi delegada às organizações dos “S”. Por decreto do governo, adotou-se um modelo de financiamento

tripartite em que Estado, empresários e trabalhadores de cada setor contribuíam para a manutenção destes Serviços. Na prática, os industriais brasileiros assumiram o controle do SENAI (e do Sesi) e aos empresários do comércio o controle do SESC e SENAC, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento das relações industriais e da disciplina de trabalho no Brasil. Assim, os “S” buscaram articular a colaboração entre as classes e diminuir a luta entre elas, bem aos moldes do que era preconizado à época de sua criação.” FERRAZ (2008, p.31).

De acordo com Ferraz, o contexto histórico desta criação carrega também as influências dos desafios impostos pela Segunda Guerra, entre eles o da reestruturação da produtividade mundial ou a chamada Segunda Revolução Industrial.

No Brasil já se identificava, desde a Primeira Guerra Mundial, uma migração da economia agrária para a industrialização e urbanização, que apenas se intensificou com a Segunda Guerra, evidenciando a necessidade e o aproveitamento de um sistema capaz de treinar estes trabalhadores para os novos cargos.

“A criação propriamente dita do SENAI (Decreto-lei 4.048/1942), em 22 de janeiro de 1942, surge assim dentro do governo de Getúlio Vargas (1882-1954) num contexto polí-



Imagem 1: Olimpíada Operária do Sesi, em 1950.

Fonte: Galeria de fotos históricas; acessado em 8:27. 03 de dezembro, 2021.
<https://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>



Imagem 2: Biblioteca itinerante do SESI.

Fonte: Galeria de fotos históricas; acessado em 8:27. 03 de dezembro, 2021.
<https://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>

tico que já havia efetuado a implantação das escolas de aprendizes (Constituição de 1937) e a obrigatoriedade dos cursos de aperfeiçoamento profissional (Decreto-lei 1.238/1939). Sem dúvida, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), implantada desde 1938, propiciara o surgimento do primeiro “S”, SENAI. Ao término da Segunda Guerra e com a expansão das indústrias nacionais, a importância da formação e do treinamento profissional tornou-se cada vez mais evidente, culminando na criação da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em 1945. Em 1946, no governo provisório de José Linhares (1886-1957)⁷, é criado o SENAC (Decretos-lei 8.621/1946)⁸, em 10 de janeiro de 1946, no mesmo dia em que a primeira diretoria do CNC toma posse. Posteriormente, o governo Dutra (1883-1974) criou o SESC (Decreto-Lei 9.853/1946), em 13 de setembro de 1946, atribuindo à CNC a incumbência de criar a entidade desde logo denominada Serviço Social do Comércio, com a finalidade de promover o bem-estar social.” FERRAZ (2008, p.35).

Outro precedente histórico que antecede a criação do sistema “s” no Brasil, é o cenário intelectual carregado por indagações a respeito da racionalização, da “administração científica” e da “paz social”. Conceitos que eram ainda mais validados pelo movimento modernista e que tomavam abrangência no país desde a década de 1920, se intensificam em 1930 e 1940, data de criação do sistema.

A estrutura adotada na criação das instituições do sistema “s”, por decreto do governo, é baseada em três vertentes de financiamento, ou seja, a manutenção dos serviços ofertados são de responsabilidade tanto do Estado, quanto de empresários e trabalhadores de cada setor. Desta forma, o

SESC e o SENAC, ficaram sob controle dos empresários do comércio, e o SENAI e SESI ficaram a cargo dos gestores industriais.

O papel desempenhado pelas escolas do sistema “s”, transpassou o educacional ou o profissionalizante, assim que transcende a falácia de uma arquitetura simplesmente estética e aproxima-se muito mais da representação de uma arquitetura profundamente ligada às questões econômicas e sociais.

“[...] a arquitetura moderna dos “S”, ainda que de cunho técnico, social e econômico, não habitacional, também refletiu a sua maneira este pensamento: mostrar o papel que a arquitetura deveria desempenhar na solução dos problemas do modo de vida do homem no novo contexto da sociedade industrial, romper com a tradição de uma arquitetura pautada por aspectos estéticos e evidenciar as relações entre arquitetura, economia e sociedade.” FERRAZ (2008, p.30).

É a partir desta nova abordagem em relação às soluções sociais através da arquitetura, que surgem instituições como o SESC, assim como observa Pompolo em sua obra:

“[...] foi a partir do reconhecimento de que as ações sobre os problemas sociais aliviarão não somente as situações individuais da população trabalhadora, mas também atuarão como instrumentos de transformação e progresso social da nação como um todo, que surgiram o SESC, o SESI (Serviço Social da Indústria), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e, alguns anos antes, o SENAI (Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial.” POMPOLO (2007, p.12).

As instituições que compõem o sistema “s” se sobressaem em relação a sua funcionalidade. Ocupam o espaço de uma instituição que mesmo não sendo pública, ainda é capaz de oferecer atividades de interesse público e atender a parcela da sociedade que carece desses serviços.

“O SESC e as demais entidades que compõem o chamado Sistema S são classificados como “Serviços Sociais Autônomos”, ou seja, são entidades paraestatais, que funcionam paralelamente ao Estado, realizando atividades de interesse público, sem, no entanto, se integrarem aos serviços públicos do Estado. Assim, estas instituições contam com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e direção particular, organizando seus serviços como uma empresa privada, administrando e aplicando livremente seu patrimônio e sua renda, e prestando contas, anualmente, ao Tribunal de Contas do governo (REGO, 2002, p. 18-19) ad POMPOLO, 2007, p.13.

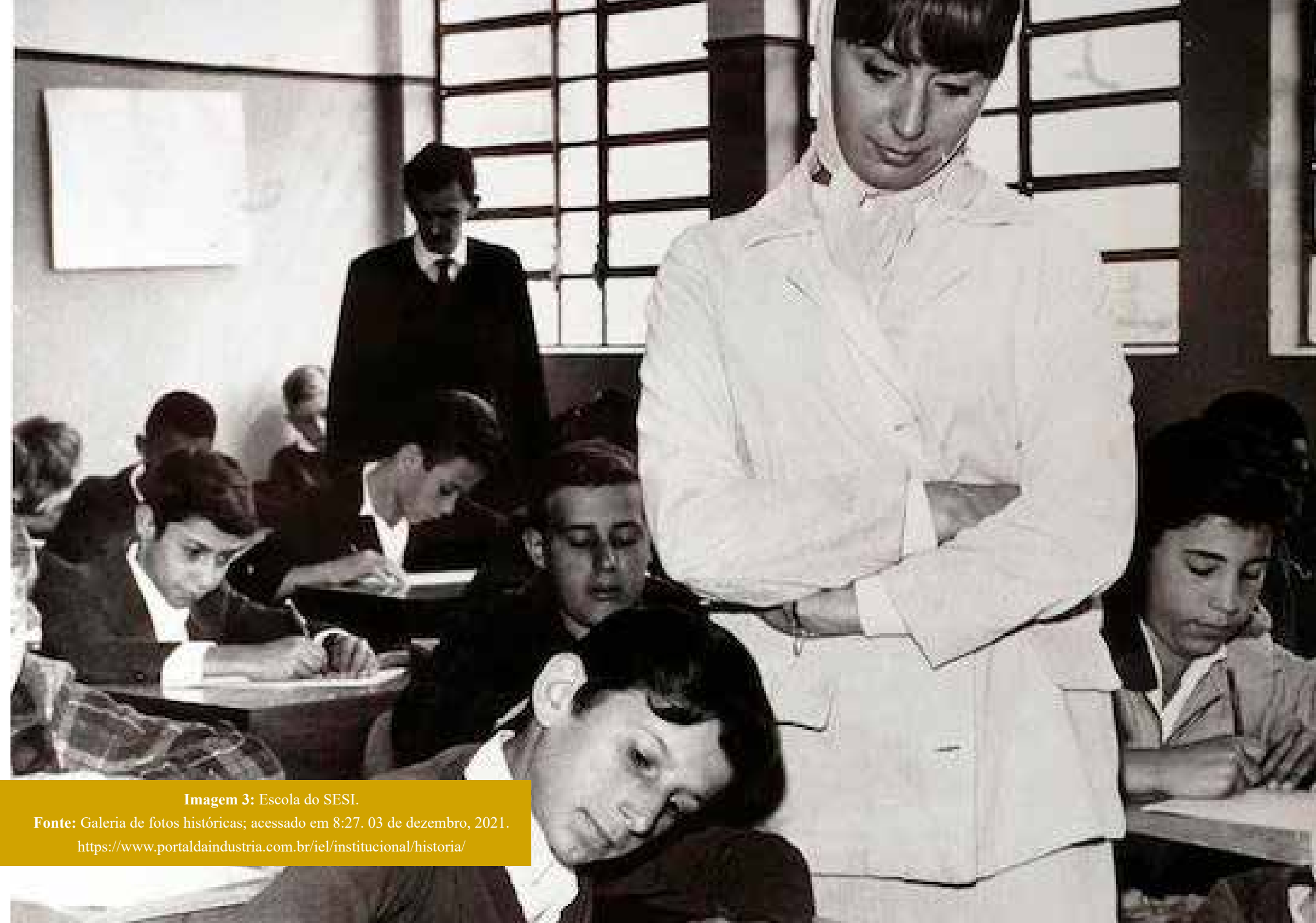


Imagem 3: Escola do SESI.

Fonte: Galeria de fotos históricas; acessado em 8:27. 03 de dezembro, 2021.
<https://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>

2.2. SESC

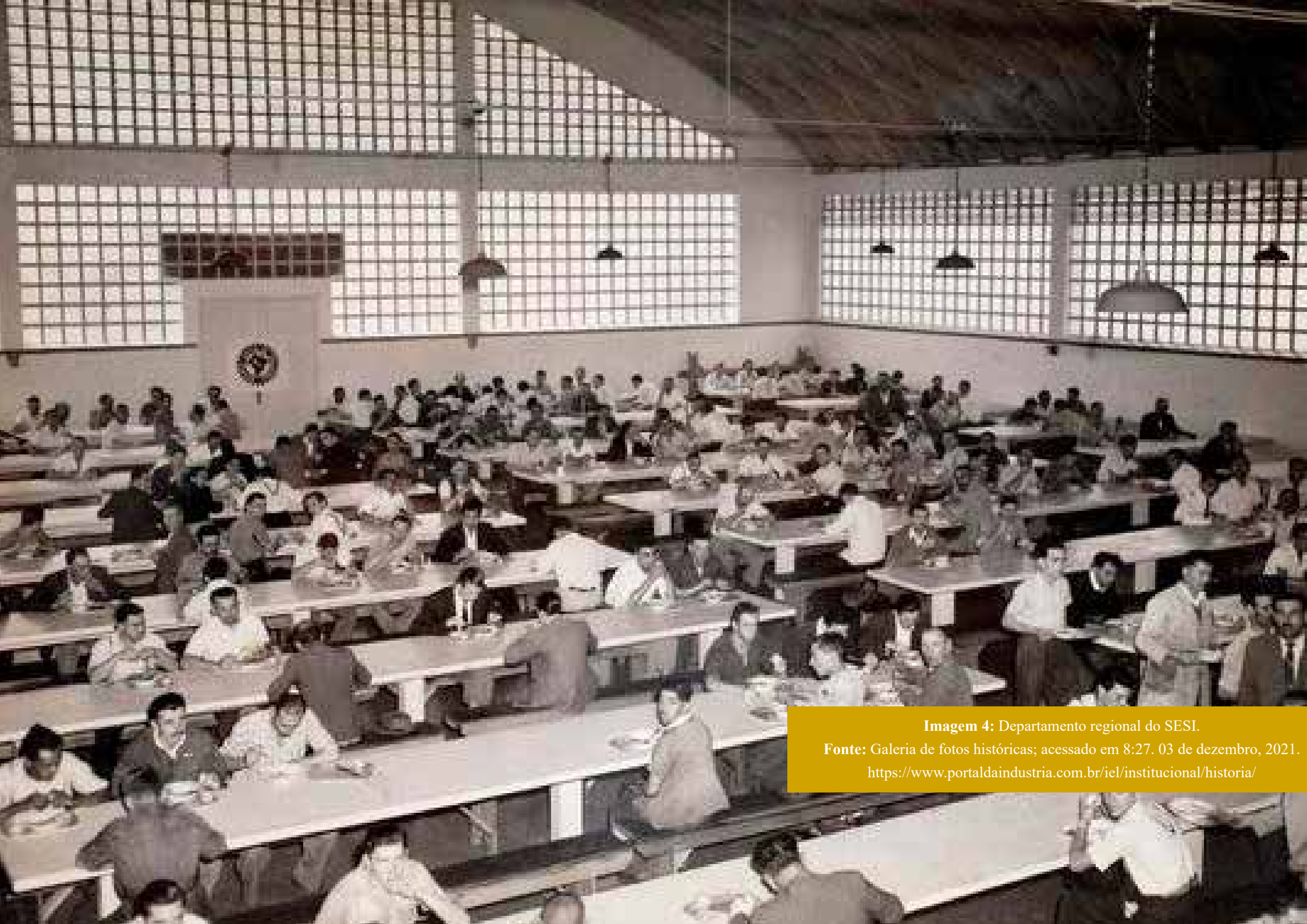


Imagem 4: Departamento regional do SESI.

Fonte: Galeria de fotos históricas; acessado em 8:27. 03 de dezembro, 2021.
<https://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>

A sigla como já mencionado anteriormente, significa Serviço Social do Comércio. A criação do SESC ocorre no ano de 1946, apenas cinco dias antes da promulgação da nova Carta Constitucional que determinava as diretrizes da educação nacional, o que de acordo com Ferraz, acabou influenciando na formação das diretrizes tomadas na formulação do modelo da instituição.

No decreto-lei 9.853 para a criação do SESC, a instituição tinha como dever e objetivo “planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e de suas famílias, e bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade”.

Com isso, ficava para esta instituição privada a responsabilidade de planejar e executar soluções que auxiliassem na melhoria do padrão de vida e do bem-estar social dos trabalhadores do comércio.

A instituição concentra seus serviços em cinco frentes, são elas: a de assistência, através do trabalho social em grupo para a integração de jovens, adultos e idosos; cultura com a instalação de bibliotecas, mostras e festivais de cinema, promoção da literatura e de apresentações de pequenos e grandes grupos de teatro; educação através de escolas de ensino infantil, fundamental e médio, além de cursos EJA e cursos livres sobre diversos temas como estética, culinária, corte e costura etc; lazer oferecendo estrutura para esportes, realização de avaliação física, formação de grupos de atletismo, patinação, polo aquático, montanhismo, etc; e saúde oferecendo assistência odontológica, nutritiva, orientações para a prevenção de doenças, etc.

As primeiras escolas SESC, surgem em edifícios industriais alu-

gados, com instalações que ainda não atendiam as expectativas da aprendizagem, mas que sofrem adequações e aprimoramentos com o passar dos anos.

No entanto, é possível observar ainda nos dias atuais a essência de uma de suas principais diretrizes: a obstinação (ainda que na época expressa de forma sutil) por uma entidade que possui a capacidade de gerar bem-estar social a todas as classes. Pompolo, em sua obra, caracteriza a instituição da seguinte maneira:

“Definido como uma entidade de prestação de serviços de caráter sócio-educativo, o SESC é uma instituição patronal, gerida por representantes do empresariado do comércio de bens e serviços, que tem por finalidade a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento cultural dos comerciários e suas famílias, através da oferta de serviços a custo reduzido.”
POMPOLO (2007, p.13).

A autora estabelece ainda em sua obra, uma linha temporal para a instituição. Esta abordagem resume e explica de maneira bastante explicativa os processos e o desenvolvimento do SESC e agrega informações relevantes para a compreensão do histórico da instituição.

Pompolo divide a história do SESC em três grandes fases que são definidas pelas mudanças em sua política de gestão. A fase inicial é definida por ela entre os anos de 1946 até 1961 e representa o período de

experimentação, com predominância de ações assistencialistas e ainda poucas atividades culturais e esportivas.

A segunda fase, compreende os anos de 1961 a 1982 e é caracterizada pela intensão da instituição de solucionar, através do lazer, as questões da educação social. Assim é criado o modelo de Centro Cultural e Desportivo, com atividades sociais, culturais e esportivas.

A última fase, é classificada pela autora a partir da inauguração do SESC Pompéia em 1982, que estabelece um novo modelo para a instituição, com a Cultura e as atividades culturais como fator central da entidade.

O desenvolvimento da instituição ocorre alinhado as mudanças e necessidades da sociedade em que está inserida. O SESC deixa de cumprir uma função relevante apenas para a sociedade comercial, mas representa a capacidade de impactar muito além deste primeiro grupo social.

A mesma autora ainda ressalta um ponto importante a respeito do papel que a instituição ocupa na sociedade, uma vez que ao longo dos anos o SESC adquiriu ainda mais importância na atuação social, ao proporcionar soluções a questões sociais que caberiam ao Estado, atendendo um público além deste inicialmente pretendido.

“Em um primeiro momento, procurando responder à carência de recursos da sociedade brasileira – principalmente em relação à saúde pública – o SESC optou por um perfil basicamente assistencialista. No entanto, o aumento significativo do número de usuários e a necessidade cada vez maior de adaptação aos novos tempos, exigiram da entidade uma constante reformulação. Abraçou a cultura e suas várias manifestações como parte inte-

grante de sua programação, ainda que não se esquecendo de suas atividades esportivas e assistenciais, e atingiu um público cada vez maior e mais heterogêneo, ultrapassando o círculo comerciário de seus tempos iniciais. Dessa maneira, o SESC se transformou e se expandiu, agregando novos valores e conceitos, repensando seus objetivos, seu programa de atividades, sua política de ação e especialmente, sua arquitetura.” POMPOLO (2007, p.15).

Atualmente todos os estados do país contam com uma unidade da instituição, as chamadas unidades regionais, que promovem shows, peças teatrais, mostras audiovisuais, exposições, educação de nível básico e complementar, programas de recreação, esporte, turismo social, além do desenvolvimento de trabalhos sociais com idosos e crianças.

No estado de Goiás, existem atualmente unidades da instituição nas cidades de Goiânia, Caldas Novas, Anápolis, Pirenópolis, Itumbiara e Jataí.

E é pensando no objetivo de alcançar este bem-estar social que a temática encaixa-se perfeitamente no contexto e na localidade escolhida para a execução do projeto. O local escolhido para a proposta do projeto é majoritariamente ocupado por edificações habitacionais, com carência de equipamentos que combinem lazer e cultura.



Imagem 5: Torneio de xadrez no SESI.

Fonte: Galeria de fotos históricas; acessado em 8:27. 03 de dezembro, 2021.
<https://www.portaldaindustria.com.br/icl/institucional/historia/>

2.3. Sistema “S” na região.

2.3. Sistema “S” na região.

A cidade de Aparecida de Goiânia ainda não possui uma unidade SESC. A cidade de Aparecida de Goiânia ainda não possui uma unidade SESC. Ao analisarmos a região, é possível notar que a maior parte das unidades pertencente ao sistema “s” encontram-se localizadas na cidade de Goiânia.

O levantamento do estudo evidencia a carência por equipamentos de lazer e cultura em Aparecida de Goiânia. Carência que poderia ser atendida através da criação de uma instituição como um SESC para servir à população da cidade.

A escassez de equipamentos com esta funcionalidade, cria a necessidade de deslocamento para que o cidadão aparecidense tenha acesso a estes serviços, acarretando em diversos problemas, desde problemas relacionados a tráfego até as questões sociais e excludentes que podem ser englobadas nesta problemática.

O fato deste deslocamento acontecer, reforça ainda a ideia de Aparecida de Goiânia como cidade dormitório, que não possui equipamentos necessários para uma cidade oferecer qualidade de vida e bem estar para sua população.

Existem duas instituições pertencentes ao sistema “s” que estão mais próxima ao local de intervenção escolhido. A primeira é a Superintendência da Escola de Saúde de Goiás, o SESG, (sinalizado no Mapa de Equipamentos como item de número “10”). Localizada a aproximadamente 1,7km de distância da área de intervenção do projeto, a instituição oferece serviços voltados a educação de trabalhadores da área da saúde.

A outra instituição que está a uma distância relativamente próxima a área de intervenção é o Senac Vila Redenção (sinalizado no Mapa de Equipamentos como item de número “5”), a uma distância de aproximadamente 2,9km.

Ao analisarmos o Mapa de Equipamentos, podemos ainda observar o Senac Aparecida de Goiânia (sinalizado no Mapa de Equipamentos como item de número “9”). O Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) oferece cursos profissionalizantes voltados a formação de trabalhadores que atuem na área do comércio de bens, serviços e turismo. Embora esteja localizado a uma distância considerável (7,4km de distância da aérea de intervenção), o Senac de Aparecida é uma das poucas instituições do sistema “s” na cidade.

Além do Senac, Aparecida de Goiânia conta com mais quatro instituições de caráter pertencente ao sistema “s”, são elas o Fieg Senai composto no mesmo terreno pela Escola Sesi/Senai Dr. Celso Charuri (12,5km de distância da aérea de intervenção); o Sesi do Residencial Village Garavelo (11,6km de distância da aérea de intervenção) e o Sebrae Aparecida de Goiânia (12,6km de distância da aérea de intervenção).

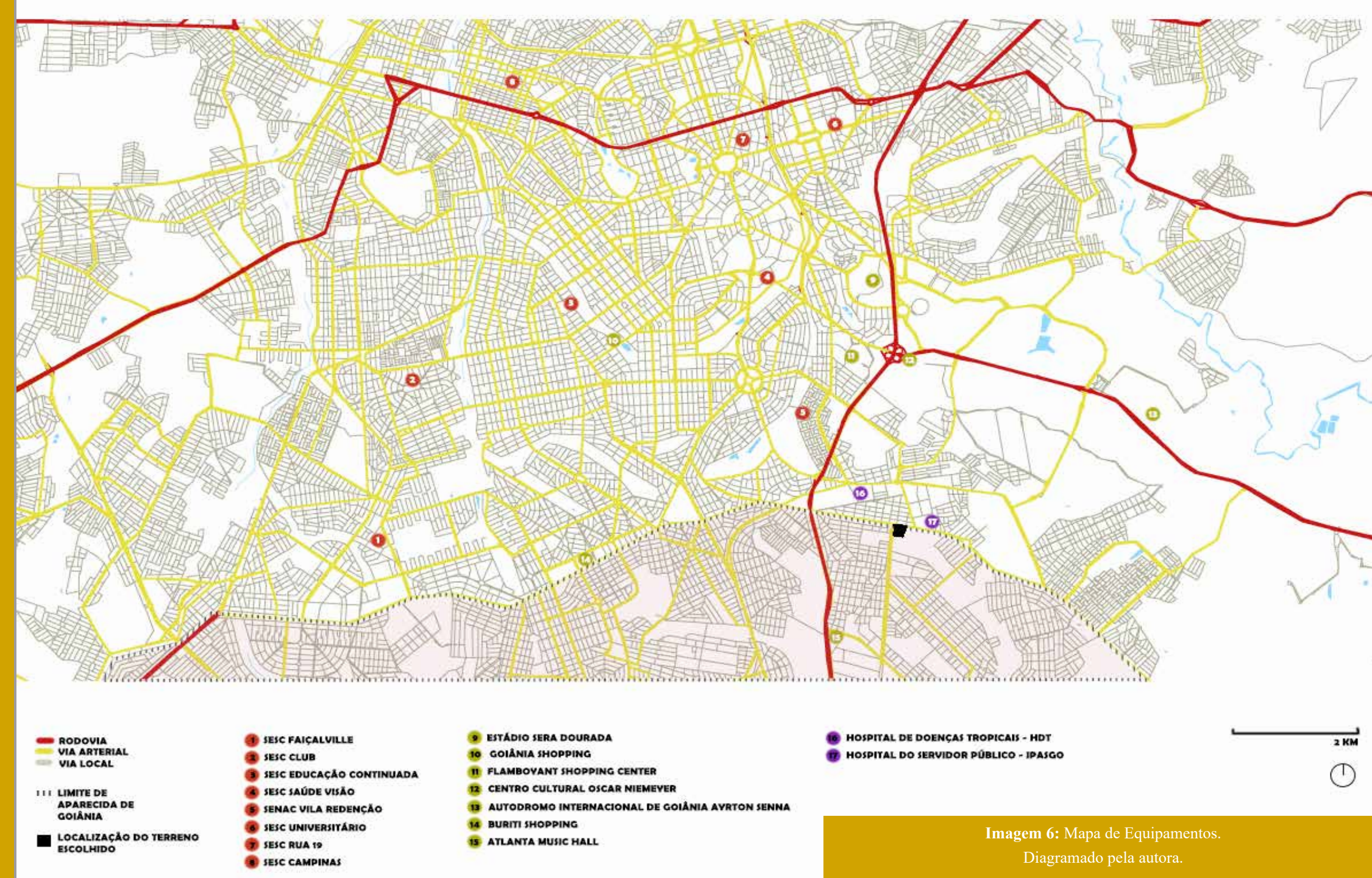




Imagem 7: Diagrama de Aparecida de Goiânia.
Diagramado pela autora.

2.4. SESC Aparecida de Goiânia.

2.4. SESC Aparecida de Goiânia.

Ao discutirmos espaços culturais, partimos do ponto de definição de cultura e lazer. Na busca de conceituar essas características tão importantes da formação social, podemos encontrar na obra de Roque de Barros Laraia um recorte realizado pelo autor a respeito da contribuição do antropólogo americano Alfred Kroeber, para a ampliação do conceito de cultura:

“A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo. Através da discussão deste ponto podemos entender melhor a diferença que existe entre o homem e seus parentes mais próximos, os pongídeos. Acompanhando o desenvolvimento de uma criança humana e de uma criança chimpanzé até o primeiro ano de vida, não se nota muita diferença: ambas são capazes de aprender, mais ou menos, as mesmas coisas. Mas quando a criança começa a aprender a falar, coisa que o chimpanzé não consegue, a distância torna-se imensa. Através da comunicação oral a criança vai recebendo informações sobre todo o conhecimento acumulado pela cultura em que vive. Tal fato, associado com a sua capacidade de observação e de invenção, faz com que ela se distancie cada vez mais de seu companheiro de infância. É interessante observar que não falta ao chimpanzé a mesma capacidade de observação

e de invenção, faltando-lhe porém a possibilidade de comunicação. Assim sendo, cada observação realizada por um indivíduo chimpanzé não beneficia a sua espécie, pois nasce e acaba com ele. No caso humano, ocorre exatamente o contrário: toda a experiência de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação. Assim sendo, a comunicação é um processo cultural. Mais explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral.” LARAIA (2001, p.27-28).

Uma observação importante feita pelo autor é o fato de que a cultura obteve papel essencial naquilo que nos difere como seres humanos. Em nossa evolução, cultura e linguagem existem em uma correlação e um dos principais pontos a serem ressaltados a respeito do desenvolvimento humano cultural é justamente a diversidade alcançada quando abordamos o assunto.

José Luiz dos Santos em sua obra, cita (2009, p.15): “A diversidade das culturas existentes acompanha a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza.” O que define com louvor a pluralidade da Cultura, que deve ser levada em conta quando discutimos a respeito da sociedade.

Santos (2009, p.07), pontua a existência das diferentes formas de

organização social. Sociedades mesmo desenvolvendo-se de maneiras opostas, apresentam um ponto em comum, a representação para além do indivíduo, sobre tudo, do ser humano e do papel que ocupa em determinada sociedade: “O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la”.

Ao abordarmos tal discussão evidencia-se cada vez mais o quanto debater a respeito da Cultura tem se tornado uma chave primordial para o entendimento tanto coletivo quanto individual, nos permitindo observar e compreender o nosso meio, nós mesmos e também do outro. De acordo com o mesmo autor (2009 p.08): “[...] cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”.

A identificação cultural de um indivíduo acontece graças ao meio em que este se encontra inserido. A cultura está diretamente ligada as escolhas, formas de pensar e enxergar a vida. Pode-se dizer que é uma relação simbiótica, uma vez que o meio cultural forma o indivíduo ao mesmo tempo em que é este que de maneira social forma o que definimos como cultura, ao longo dos anos.

Sendo uma das principais ferramentas de representação pessoal ou de um grupo, é através da cultura que conseguimos enxergar todos os costumes, crenças e valores de alguém. E é válido ressaltar através dos conceitos de Ângelo Serpa em sua obra, que a Cultura, assim como as pessoas, não é uniforme e nem definida por um grupo seletivo e privilegiado.

“Falar de participação popular na construção de políticas culturais para a cidade significa, sobretudo, dar voz e visibilidade para os diferentes agentes e grupos que produzem

“cultura”, reconhecendo sua diversidade e suas diferenças. É preciso desconstruir a hierarquia das diferenças, que transforma o que é diverso em desigual. A cultura popular não é melhor nem pior que a cultura “erudita”, dos teatros, dos museus, das galerias de arte e das casas de espetáculo da cidade.” SERPA (2007,p.143).

As observações a respeito de uma cultura que não seja a nossa própria, precisa ser realizada com cautela e rejeitando todo e qualquer conceito pré-estabelecido com base em nossa própria vivência. Para isso é necessário um exercício de no mínimo colocar-se no lugar de um indivíduo pertencente a tal cultura e assim talvez obter respostas.

Por séculos a narrativa histórica da humanidade no ocidente foi escrita através de uma única visão etnocêntrica europeia. Com isso, a definição de cultura também foi ditada pelo mesmo grupo. Consequentemente, todas as formas de expressão cultural que fugissem deste padrão eurocêntrico, foram por muitos anos apagadas, condenadas, esquecidas e anuladas. Este tipo de comportamento deprime sistemas culturais diferentes e tentam invalidar a lógica atribuída a eles.

Os questionamentos a respeito destas abordagens imperialistas, são de certa forma ainda muito recentes se compararmos à linha do tempo da história humana. Porém, são extremamente necessários para pensamentos contemporâneos.

Santos (2009, p.34), ressalta que “[...]o importante para pensarmos a nossa realidade cultural é entendermos o processo histórico que a produz, as relações de poder e o confronto de interesses dentro da sociedade”.

Ou seja, validar a existência de outras narrativas, de outras manifestações culturais, respeita-las e entender as relações hierárquicas que desenharam o cenário atual, são tarefas essenciais para o entendimento de

uma sociedade.

É interessante pontuar que os processos históricos e culturais estão sempre em mutação. A história nunca deixa de ser escrita e a sociedade ainda que de forma relativamente lenta, sofre alterações constantes. Laraia (2001, p.51), reitera a importância destes processos e identifica a sociedade em dois grupos:

“O tempo constitui um elemento importante na análise de uma cultura. [...] Cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras. As primeiras pretendem manter os hábitos inalterados, muitas vezes atribuindo aos mesmos uma legitimidade de ordem sobrenatural. As segundas contestam a sua permanência e pretendem substituí-los por novos procedimentos”.

Mesmo ainda existindo uma parte da sociedade relutante a mudanças e abrangências mais do que necessárias, é preciso entender que estas são inevitáveis. Assim como o mesmo autor pontua:

“[...] cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem

dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir.” LARAIA (2001, p.52).

É instigante notar que a análise cultural de uma sociedade ou de várias, possa se tornar uma ferramenta tão grandiosa nos possibilitando um estudo amplo a respeito da realidade social, segundo Santos (2009, p.41):

“[...] a cultura passa a ser entendida como uma dimensão da realidade social, a dimensão não material, uma dimensão totalizadora, pois entrecorta os vários aspectos dessa realidade. Ou seja, em vez de se falar em cultura como a totalidade de características, fala-se agora em cultura como a totalidade de uma dimensão da sociedade. Essa dimensão é a do conhecimento num sentido ampliado, é todo conhecimento que uma sociedade tem sobre si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência. Cultura inclui ainda as maneiras como esse conhecimento é expresso por uma sociedade, como é o caso de sua arte, religião, esportes e jogos, tecnologia, ciência, política. [...] O estudo da cultura procura entender o sentido que fazem essas concepções e práticas para a sociedade que as vive, buscando seu desenvolvimento na história dessa sociedade e mostrando como a cultura se relaciona às forças sociais que movem a sociedade”.

Assim sendo, a conceituação de Cultura não pode ser realizada sem mencionarmos os processos históricos. Pois esta é constantemente atrelada

ao desenvolvimento humano, não de maneira física, mas sim sociológica, assim como conceitua Santos (2009, p.44-45):

“Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. [...] Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é “algo natural”, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. [...] Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. E uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade”.

Após a compreensão de todo o conceito de Cultura e a sua relação com o desenvolvimento social e histórico da humanidade, um outro fator importante a ser discutido para o entendimento deste trabalho, é a concepção dos espaços culturais.

Uma das problemáticas que frequentemente pode ser observada é a uniformização de espaços culturais. Estes espaços muitas vezes se resumem a projetos que ignoram por completo características diversas e específicas do lugar de implantação. Como por exemplo: a formação social; o contexto histórico e até mesmo as condições geográficas do lugar.

São falhas como estas que acabam inevitavelmente gerando espaços, na maioria das vezes, com baixa qualidade arquitetônica e que possuem características idênticas para lugares totalmente diferentes, como explica Milanesi (2003, p.27):

“No Brasil além dessa imprecisão de objetivos, podem ser somadas múltiplas faces geográficas e sociais, com culturas distintas. O que poderia ser um centro cultural na Amazônia ou no sertão do Cariri pouca relação teria com uma dessas instituições no interior paulista ou Mineiro. [...] Geografia, sociedade, história diferentes pedem espaços culturais diferentes. Não se trata de regionalizar a cultura e podar as formas essenciais do conhecimento, anulando expressões diversificadas do homem, mas de dar respostas às necessidades locais. [...] A formação social é um dos fatores mais importantes para delinear uma política de Cultura, incluindo aí as formas e funções dos espaços a ela destinados. Cada região apresenta seu perfil, formado no tempo”.

Deste modo entende-se que os espaços culturais precisam ser diversificados e projetados de forma a atender demandas específicas. O que não quer dizer que devem ser projetos com formas “engessadas” e genéricas. Ao contrário disso, edifícios culturais precisam ser aptos a proporcionar ao público a possibilidade dos usuários vivenciarem experiências com potencial de transformação, de representação, de contemplação e principalmente de criação.

Existe ainda a padronização geral que vivemos atualmente, isso inclui estabelecer um padrão tanto a respeito da cultura, quanto dos pensamentos em geral, o que afeta na construção de uma sociedade aberta à diferenças, assim como Miranda aborda em sua obra:

“Criticar a cultura contemporânea requer incluir a crítica à mídia em nome do modelo amigável da sociedade literária. Assim como na antiguidade romana o livro perdia sua luta contra os anfiteatros de gladiadores e todos os teatros da crueldade, hoje a educação formadora do espírito livre, de tolerância e compreensão do outro, está sendo vencida pelas forças indiretas das mídias padronizadoras da sensibilidade e do pensamento.” MIRANDA p.117

Antigamente muitos destes espaços culturais eram pensados como formas de segregar ou distinguir àqueles considerados cultos, dos não cultos, baseando-se em valores etnocêntricos, assim como os discutidos anteriormente neste trabalho.

Milanesi (2003, p.42-43), apresenta como exemplo destes ambientes culturais disfuncionais, as bibliotecas, que por muitas vezes, ainda nos dias atuais, são projetadas de maneira equivocada, genérica e que não atendem a população de forma abrangente:

“Nas cidades, como prova e garantia da Cultura local, sobrevivem as bibliotecas. [...] As bibliotecas são uma espécie de remanescentes da época anterior a década de 30, quando a leitura era um elemento que identificava os homens cultos, separando-os dos demais. Hoje, as bibliotecas existem, em parte, simbolicamente como um resíduo da “Cultura” tradicional e, por um lado mais concreto e prático, pela necessidade de suprir as exigências das escolas de primeiro e

segundo graus: é o local onde os alunos elaboram as suas “pesquisas” e cumprem as tarefas para “passar de ano”. Por esses motivos, mais pelo segundo do que pelo primeiro, as bibliotecas públicas, como uma espécie de simulacro da Cultura, permanecem substituindo a biblioteca escolar que não suprem essa necessidade e estão pouco atentas aos outros segmentos da coletividade – mesmo porque os outros segmentos dão pouca atenção à biblioteca. O público entende que as bibliotecas existem para servir à demanda infanto-juvenil, excluindo-se delas, uma vez que os seus serviços são dirigidos aos escolares. Mas há na instituição uma crise de identidade, pois sendo, de fato, escolar recebe, oficialmente, o nome de pública. No entanto, a biblioteca, mesmo que o espalho seja improprio e precário, mal cumprindo a sua tarefa de dispor os livros para os usuários, é um lugar, o único lugar da Cultura na maioria dos municípios brasileiros. Entre tantas utopias culturais, a pobre biblioteca brasileira é a Cultura tópica”.

A carência de espaços culturais qualificados ocasionam o afastamento e impedem a identificação da população com aquele espaço, que classificado como cultural deveria desempenhar o papel de um local para representação individual e coletiva.

Existe então um requisito essencial para o desenvolvimento de um espaço cultural qualificado, este espaço precisa fazer sentido. Este sentido não necessariamente precisa servir de entretenimento ou para o lazer para o público, mas primordialmente tem o dever de provocar e proporcionar mudança. Milanesi (2003, p.47), pontua que:

“A atividade cultural instiga, perturba, incomoda e, por isso, não se espera que o espaço onde ela se desenvolve seja lugar exclusivamente de lazer e procurado por multidões. Ele mostra, sempre, um lado que nega a familiaridade do conhecido, o apaziguamento que traz o já visto e entranhado no cotidiano. É um paradoxo: a casa deve atrair pessoa para o desconforto do novo e a reflexão. No entanto, não é isso que está na raiz da intenção de se construir o espaço. Ela é gerada sem conceito e sem programa. [...] Existem vários nomes para objetivos vagos: centro cultural, casa da Cultura, casa do cidadão, centro comunitário, centro de convivência... Seja o que for, é necessário dar um sentido aos espaços que, em nome da Cultura, são construídos. Isso desde que se dê um sentido à própria Cultura que se faz na casa”.

É nesta capacidade de transformação que podemos enxergar a real necessidade dos espaços culturais na sociedade. Não são transformações instantâneas como a pavimentação de ruas e avenidas. Mas cumprem um papel ainda mais importante, possuem a capacidade de pavimentar caminhos decisivos no cenário social.

Milanesi (2003, p.56), cita que “todas essas atividades são sustentadas, quase exclusivamente, pelos recursos públicos. Cultura não é uma ação cosmética de imediato e rápido efeito, mas um investimento com retorno garantido, mesmo sendo a longo prazo”.

Outra abordagem que necessita ser feita para a justificativa da temática escolhida para este trabalho diz respeito ao lazer, que é para grande parte da população o aspecto principal da cultura que vive.

O lazer muitas vezes tem sua importância reduzida quando pen-

samos no bem-estar social. Este é negligenciado ao ponto de ser o último aspecto a se pensar na maioria das vezes em que um projeto público está em discussão. Assim como o autor Dumazedier explica em sua obra:

“O lazer já tendo sido reconhecido em sua amplitude e estrutura complexa e ainda nas suas relações com os demais aspectos de nossa civilização maquinista e democrática, não mais pode ser considerado como um problema menor, sem importância e características próprias, colocado no fim da lista dos problemas importantes e na dependência de existir, ainda tempo e dinheiro para que seja levado em consideração... O lazer apresenta-se como um elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, possui relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política que, sob sua influência, passam a ser tratados em novos termos.” DUMAZEDIER (2014, p.20).

Dumazedier (2014) descreve em sua obra as três funções do lazer, são elas: a função de descanso; em que o lazer desempenha um papel de reparar danos físicos e mentais causados por obrigações diárias, a principal delas, o trabalho; a função de divertimento, recreação e entretenimento, na qual o lazer apresenta-se como compensação e fuga para um ambiente ou atividade diferente da rotina; e a função de desenvolvimento, em que o lazer possibilita uma maior integração social.

Fica notório através da definição do autor, o quanto o lazer é relevante para a construção social e para o desenvolvimento pessoal. Porém, embora esteja clara sua importância como principal representante da fonte

primária de cultura experienciada por um indivíduo (independentemente da sua camada social pertencente), o lazer além de ter o seu papel social subestimado, como vimos anteriormente, ainda enfrenta um outro problema. O fato de que este, não é proporcionado de forma igualitária na sociedade e está frequentemente ligado ao poder aquisitivo de certo grupo.

Podemos dizer que este fenômeno ocorre tanto de maneiras particulares, quanto públicas. O acesso a programas de lazer é extremamente mais fácil ao indivíduo pertencente a classes sociais mais favorecidas, esse acesso torna-se mais fácil de modo particular, através de seu poder aquisitivo; mas é também de modo público, uma vez que os programas destinados ao lazer, são majoritariamente excludentes e evidentemente direcionados a este grupo seletivo da sociedade.

O que é extremamente danoso e perigoso para o desenvolvimento de sociedade como um todo. Quando o olhar administrativo não está atento a proporcionar estes equipamentos de lazer de forma democrática, é perdida a chance de proporcionar a sociedade aspectos básicos para uma qualidade de vida, como o descanso, entretenimento e desenvolvimento.

Perde-se também a possibilidade de gerar um primeiro contato com a cultura e todas as mudanças sociais provenientes destes programas, que poderiam desencadear mudanças extremamente positivas.

“O crescimento do lazer está longe, no entanto, de ser igual em todas as camadas da sociedade. Na França, subsistem meios sociais cujos lazeres encontram-se em estado de ‘subdesenvolvimento’. Os seguintes fatores impedem ou retardam o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do lazer: insuficiência ou inexistência de um equipamento recreativo ou cultural coletivo, falta de recursos familiares e dificuldades ligadas ao exercício da profissão. Nesses meios sociais, a ne-

cessidade de lazer poderá determinar estados de insatisfação, particularmente agudos.” DUMAZEDIER (2014, p.26).

A relação estreita do desenvolvimento humano entre trabalho e lazer, e o quanto estes dois aspectos estão relacionados para proporcionar qualidade de vida à um indivíduo de forma democrática é inclusive, um dos pontos fundamentais para a criação dos SESCs, temática do presente trabalho.

Por isso, é baseado nestes conceitos e analisando as problemáticas do local, e notando a necessidade de uma instituição que atenda a estas demandas, visando respeitar todas as peculiaridades e almejando incentivar mudanças sociais, que este trabalho possui a intensão de propor um espaço cultural e de lazer qualificado, através da criação de um SESC para a cidade de Aparecida de Goiânia, uma região periférica e que possui esta demanda que não mais pode ser ignorada ou negligenciada.

OB

o lugar

3.1. Aparecida de Goiânia e a região de intervenção.

Aparecida de Goiânia é um município localizado na Região Metropolitana de Goiânia, Goiás. Considerada uma cidade ainda nova, carrega o título de cidade dormitório, já que uma porcentagem considerável de sua população são de trabalhadores que atuam em outras cidades, a principal delas Goiânia.

Entretanto nos últimos anos, Aparecida têm apresentado evoluções significativas em seu crescimento e em sua estrutura urbana. Entre tais mudanças, a que mais se identifica é a evolução de cidade dormitório, para uma cidade com potencialidades evidentes.

Segundo Santos (2017), Aparecida de Goiânia foi formada em 11 de maio de 1922, através da doação de terras por grandes fazendeiros da época à igreja católica. O local foi então batizado com o nome da santa padroeira.

Em 1930, o vilarejo integrou o distrito de Hidrolândia. A fundação de Goiânia ocorre em 1933 e apenas 2 anos depois, em 1935, Pedro Ludovico Teixeira decide anexar à capital os municípios de Hidrolândia, Campinas e algumas regiões de Anápolis, Trindade e Bela Vista de Goiás. Ainda sobre a história da formação política da região o autor acrescenta que:

“Em 1948 ocorre a emancipação do distrito de Hidrolândia, por força da Lei estadual nº223, enquanto a vila Aparecida continuaria fazendo parte do território da jovem capital. No entanto, a partir de 1950, vários parcelamentos – loteamentos – foram aprovados constituindo-se em espécies de cidades satélites, num raio de 15 km da Praça Cívica, subordinados à limitação da zona semiurbana planejada para Goiânia, fato previsto no Decreto Lei nº90-A de 1937.” SANTOS (2017, p. 27).

Santos (2017), observa também o quanto a migração de pessoas para o Estado de Goiás após a fundação da capital, influenciou diretamente no crescimento da então Vila Aparecida. A região passou a acolher grande parte da população excedente em Goiânia, uma vez que a ocupação irregular, devido ao crescimento demográfico acelerado

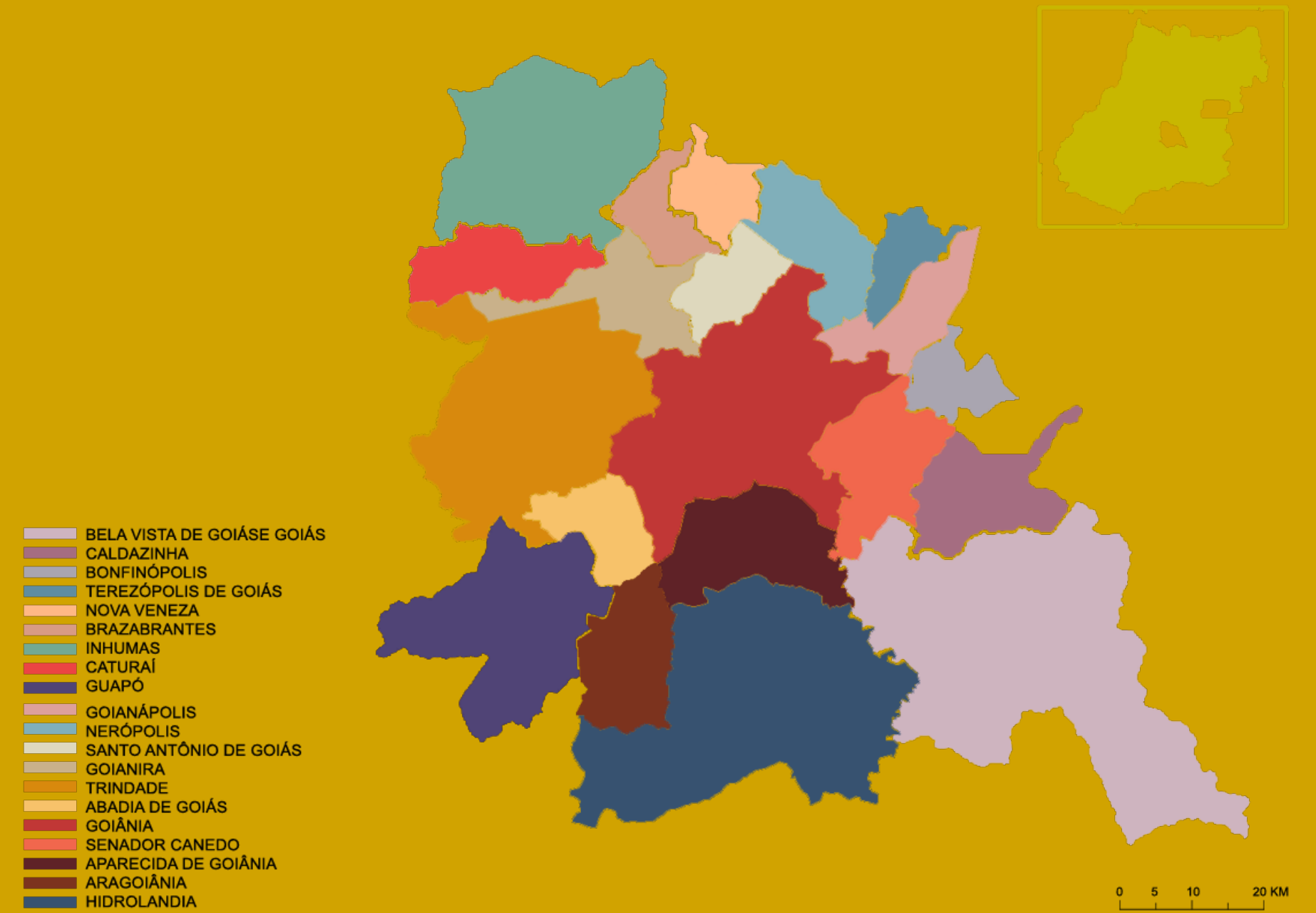


Imagem 8: Mapa Região Metropolitana de Goiânia. Diagramado pela autora.

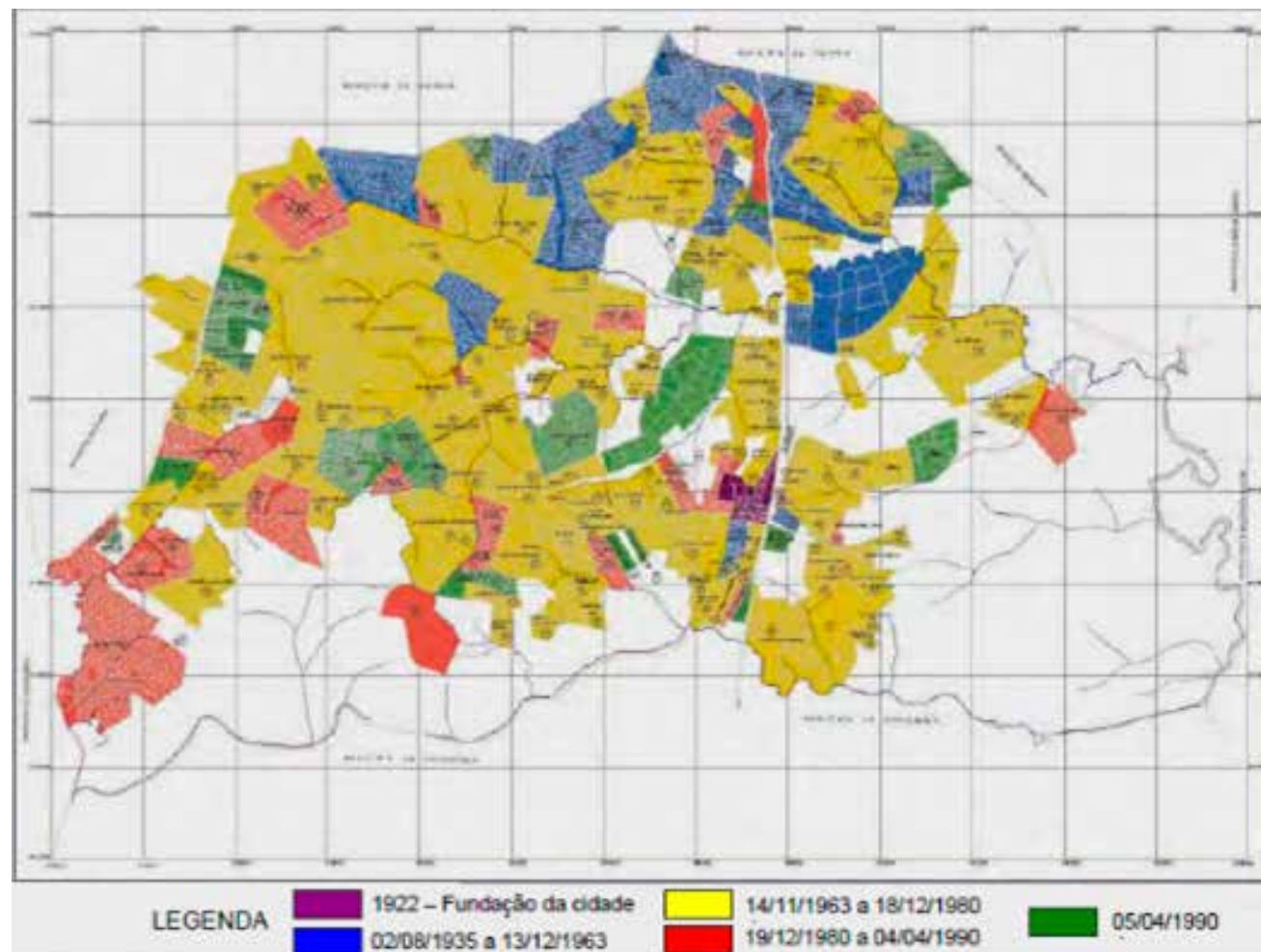


Imagem 9: Mapa histórico do parcelamento e situação fundiária de Aparecida de Goiânia.
Fonte: Plano Diretor, 2001.

da capital, poderia deturpar o seu projeto urbanístico.

Outro fato importante que o autor aborda é a respeito da formação do município de Aparecida de Goiânia, quando cita Melo (2002, p.9):

“Em 1958, a lei Municipal nº1295 alterou-lhe o nome para Vila Aparecida de Goiás, e restaurou a condição de Distrito, sendo uma derivação implícita. Ainda em 1958, a Lei Municipal nº1406, de 26 de dezembro, fixou-lhe o nome de Goialândia, formado de “Goia” de Goiânia e “Lândia” de Hidrolândia. O nome Goialândia, porém, não teve aceitabilidade por parte de seus moradores, permanecendo o anterior. Pela lei Estadual nº4927, de 14 de novembro de 1963 que eleva à categoria de Município o Distrito, modificou-lhe o nome para Aparecida de Goiânia, já com foros de cidade, que pode ser dada como cidade que nasceu de Goiânia.” (MELO, 2002, citado por SANTOS, 2017).

Aparecida de Goiânia se encontra inserida em um sistema de interdependência com a capital Goiânia, onde o crescimento urbano da cidade se apresenta como uma resposta ao desenvolvimento acelerado da Capital. O que por muitos anos deu motivos para que Aparecida fosse intitulada cidade dormitório.

Santos (2017) menciona o fato de Goiânia obter a maioria da força de trabalho aparecidense, além disso a capital também é considerada o principal mercado consumidor de produtos originários de Aparecida desde a década de 1960.

“[...] por um lado, Goiânia constitui o centro dinamizador do Centro-Oeste, inserindo Goiás no cenário econômico nacional; por outro, Aparecida de Goiânia que se desenvolve à sombra da nova capital, atraindo parte da população e dos investimentos para seu território, especialmente para as áreas fronteiriças. Essa população vai se constituir numa grande força de trabalho reserva para a capital, visto a municipalidade aparecidense não ter condições de oferecer oportunidades de emprego para um número cada vez maior de trabalhadores”. SANTOS (2017, p.31).

Aparecida passa por sua emancipação política na década de 1960, mas segundo Santos (2017), graças a proximidade com a capital, rapidamente houveram o surgimento de indústrias e o aumento na densidade populacional nas áreas fronteiriças, o que colocou o município na posição de zona de desenvolvimento urbano, uma vez que a capital exercia o papel de centro dinamizador do crescimento regional.

Ainda segundo o autor, além de Goiânia servindo como polarizador de crescimento demográfico para o Estado de Goiás, existe ainda a influência da criação da capital federal, Brasília. Apesar de não estar tão próxima demograficamente, a capital federal sofreu nos anos de 1960 diversas ondas migratórias que influenciaram no crescimento de aglomerados urbanos da região Centro-Oeste, entre eles Aparecida de Goiânia.

“Goiânia destaca-se como centro de desenvolvimento socioeconômico, enquanto à Brasília cabe desempenhar a função de centro administrativo nacional. Nesse contexto, vale ressaltar que Aparecida de Goiânia, como núcleo urbano mais antigo fundada como povoado nos idos de 1922, torna-se o mais importante receptor populacional da região metropoli-

tana, ficando atrás somente da capital. Assume, portanto, a função de apoio para a ocupação da região central do Estado.” SANTOS (2017, p.35).

Atualmente, embora ainda exista essa relação estreita e fortemente ligada entre as cidades, onde o desenvolvimento econômico de Aparecida de Goiânia está atrelado à capital, colocando-a como uma área periférica, já a alguns anos o município de Aparecida demonstra potencial de posicionar-se para além do título de cidade dormitório, ansiando pelo investindo em uma melhor estruturação urbana e no bem estar social da população, que cresce a cada dia.

Em 2016, segundo dados apresentados pelo IBGE, a cidade de Aparecida registrou o maior crescimento demográfico do país, um aumento de 14,71% em relação ao ano de 2010. O município possui o segundo maior número de habitantes, ficando atrás apenas de Goiânia.

Santos (2017, p.39) cita que: “Aparecida de Goiânia ascende gradualmente à categoria de cidade, sem, no entanto, oferecer a infraestrutura necessária para uma população em permanente processo de crescimento demográfico, figurando no contexto do Centro-Oeste como um polo regional de desenvolvimento.”

Portanto, este crescimento demográfico torna evidente um potencial para a cidade, do mesmo modo que evidencia também uma necessidade de investimento em sua infraestrutura. Aparecida de Goiânia necessita de investimento em locais qualificados e que atendam a esta população crescente.

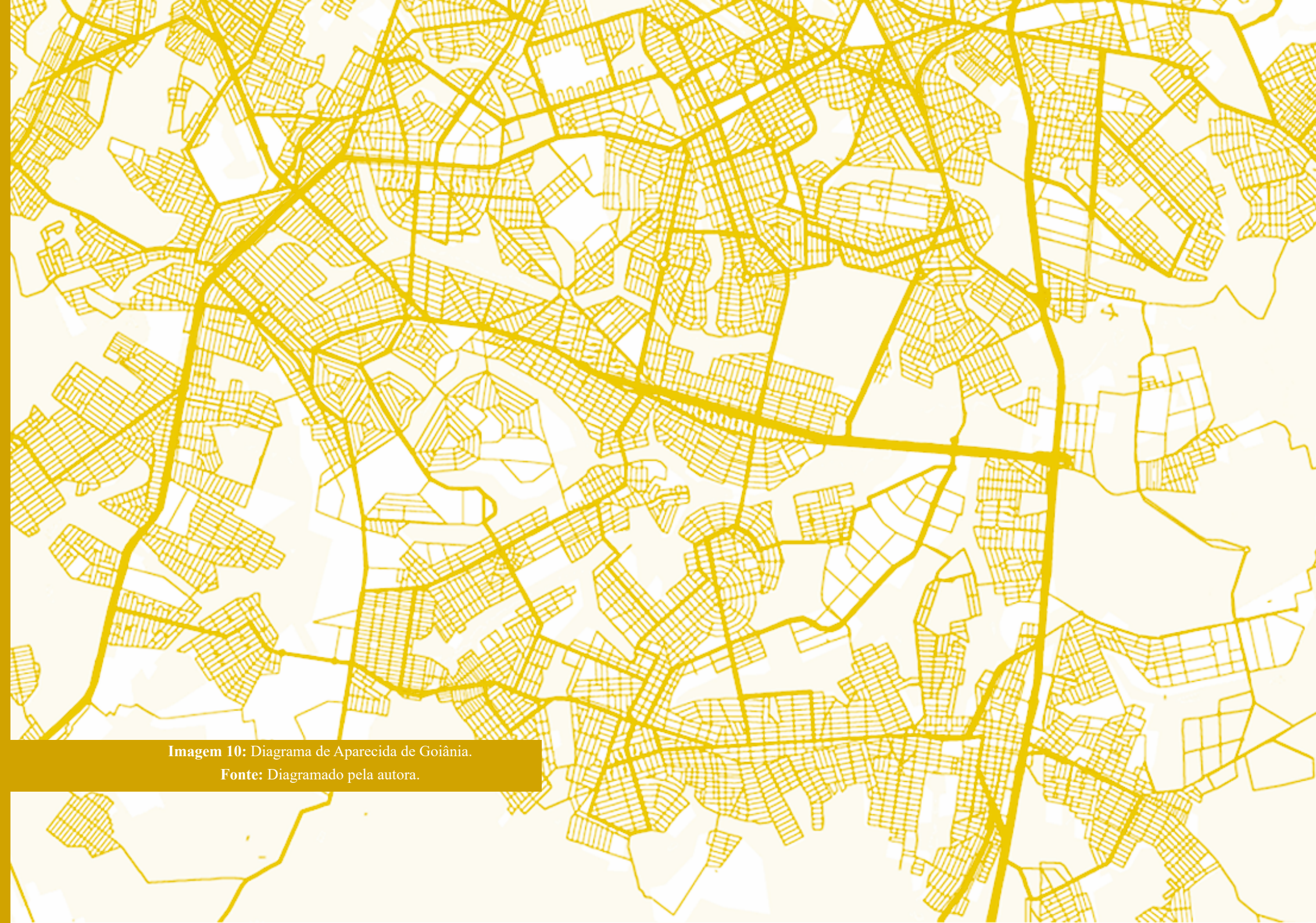


Imagem 10: Diagrama de Aparecida de Goiânia.

Fonte: Diagramado pela autora.

3.2. Aspectos físicos da área de intervenção.

Em relação ao local escolhido para a intervenção, é interessante uma análise prévia que pode ser realizada com o auxílio de um estudo realizado por Pinto (2009), onde podemos observar as centralidades que fazem parte da malha urbana aparecidense.

bairros que lhe envolvem, como centros de comércio, serviços e de consumo coletivos. Na maioria das vezes, as centralidades não surgiram intimamente ligadas à decadência do centro tradicional aparecidense, e nesse caso não formaram o chamado centro expandido, pois o centro tradicional e histórico tem pouca expressão econômica e está localizado fora do eixo centralizante. As centralidades surgiram por demandas locais, promovidas pela fragmentação do tecido sociopolítico espacial.” PINTO (2009, p.48).

Quadro 1: Nome, localização e principais vias das centralidades em Aparecida de Goiânia – 2008

Nº	Nome	Localização	Setores que fazem parte	Principais vias
1	Bela Vista	Região Conurbada – nordeste	Bela Vista, Lurdes, Vila Santa, Vila Brasília	Av. Bela Vista, BR – 153, R. dos Pirineus
2	Buriti	Região Conurbada – norte	Afonso, Luz, Nova Era, Vila São Tomás	Av. Rio Verde, São João
3	Centro	Região Sul	Centro, Belo Horizonte, Serra Dourada, Vera Cruz, Araguaia, Village Garavelo	Av. Independência
4	Cidade Livre	Região Sul	Cidade Livre, Colina Azul, Independência, Cristalino, Monte Cristo	Av. Independência
5	Cruzeiro	Região norte	Cruzeiro do Sul, Nova Era, São Luiz, Maria Inês, Bela Morada	Av. São João, Av. Alvorada, Av. Zoroastro
6	Garavelo	Região Conurbada – noroeste	Garavelo, Garavelo B, Tropical	Av. Igualdade, GO – 040, Anel Viário
7	Mansões/Papilon	Região Central	Mansões Paraiso, Papilon Park, Veiga Jardim, American Park	Av. Veiga Vale, Anel Viário, R. J-002
8	Vila Brasília	Região Conurbada – norte	Vila Brasília, Esmeralda, Santo Antônio, Real	Av. Tapajós, Av. Rudá, Av. São Paulo, Av. Anápolis

Imagem 12: Principais vias das centralidades em Aparecida de Goiânia.

Autoria: José Vandério Cirqueira Pinto – 2007.

“Há centralidades que surgiram ligadas à verticalização, shopping centers e eixos de comércio, impactando muito a sua hinterlândia. Há também centralidades que se formaram ligadas a Goiânia e não à cidade a qual pertence, bem como, centralidades que surgiram ligadas à demanda dos

É possível notar a relação entre as centralidades citadas pelo autor e as suas principais vias, principalmente as centralidades pertencentes a áreas conurbadas. As vias proporcionam uma ligação evidente entre as duas cidades e estabelecem um fator decisivo para o desenvolvimento da região.

Voltando a análise da região deste projeto, a área de intervenção escolhida para a realização do mesmo está localizada na Chácara Bela Visto, um pequeno bairro em Aparecida de Goiânia, apesar da proximidade com os limites da capital e pertencimento à uma área de conurbação, o bairro pertence a uma região que atualmente apresenta uma demanda por locais de cultura e lazer que não mais são supridos pela capital.

Levando em consideração que o estudo realizado por Pinto (2009) em 2007, embora um pouco datado, serve de apoio para corroborar uma ideia de que a região de intervenção escolhida, de forma extremamente inicial apresenta atualmente um potencial de centralidade, uma vez que em

Imagem 11: Área de intervenção do projeto.

Fonte: Google Earth. Diagramado pela autora.

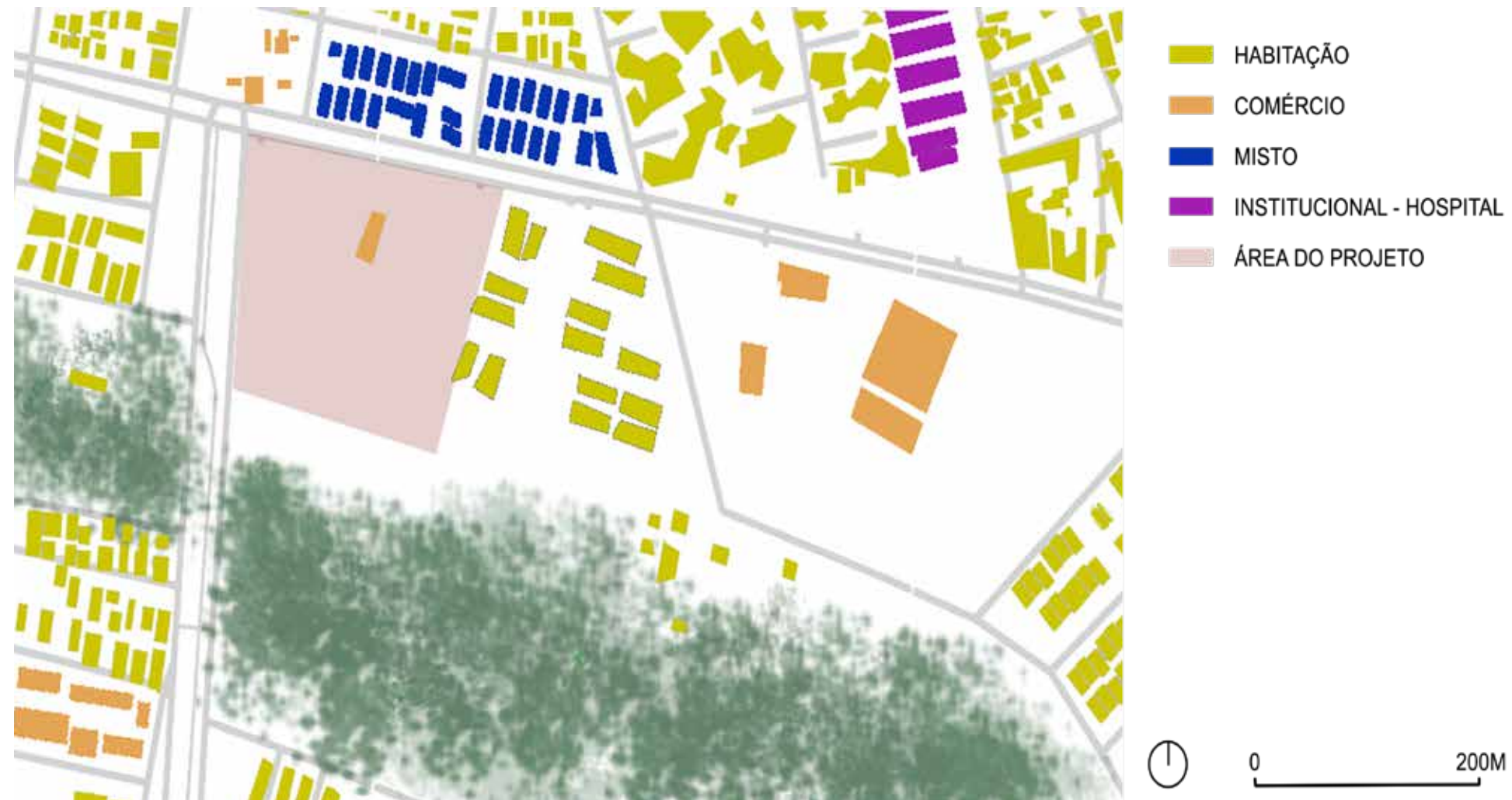


Imagem 13: Mapa de usos.
 Fonte: Diagramado pela autora.

2016, a região passou por alterações em seu traçado, através da criação da avenida W1.

A alteração serviu como ferramenta para criar uma conexão ainda maior para a fronteira entre as duas cidades. Porém é possível observar um rápido crescimento da região nos últimos 5 anos, que nitidamente tem ligação com a capital, mas que atende majoritariamente a população aparecidense. Ou seja, se há este potencial de desenvolvimento em torno da criação da avenida, ele se dará através da demanda local.

De forma independente, a necessidade de atender as demandas desta população local, existe. A região é composta em sua maioria por habitações, que como já analisado anteriormente, descendem da condição periférica e de cidade dormitório que Aparecida de Goiânia carrega.

Mas o local apresenta também um crescimento em edificações de caráter comercial, que atendem às demandas locais e ao cidadão aparecidense.

A região tem como característica principal edificações habitacionais. As edificações com caráter de uso misto, encontram-se majoritariamente no entorno de avenidas principais, juntamente aos usos de caráter comercial, que possuem como principal funcionalidade atender as demandas dos residentes locais. A região possui também um alto índice de terrenos subutilizados ou que estão sendo utilizados de maneira prejudicial.

Entre estes está a área escolhida para a intervenção, uma área no cruzamento entre grandes avenidas que são importantes para a cidade. Esta área se encontra próxima as margens de uma nascente e o terreno atualmente está sendo utilizado como pátio para carros em leilão, que podem estar durante anos poluindo e prejudicando todo o ambiente, não apenas do entorno.

3.3. Análise do Lugar.

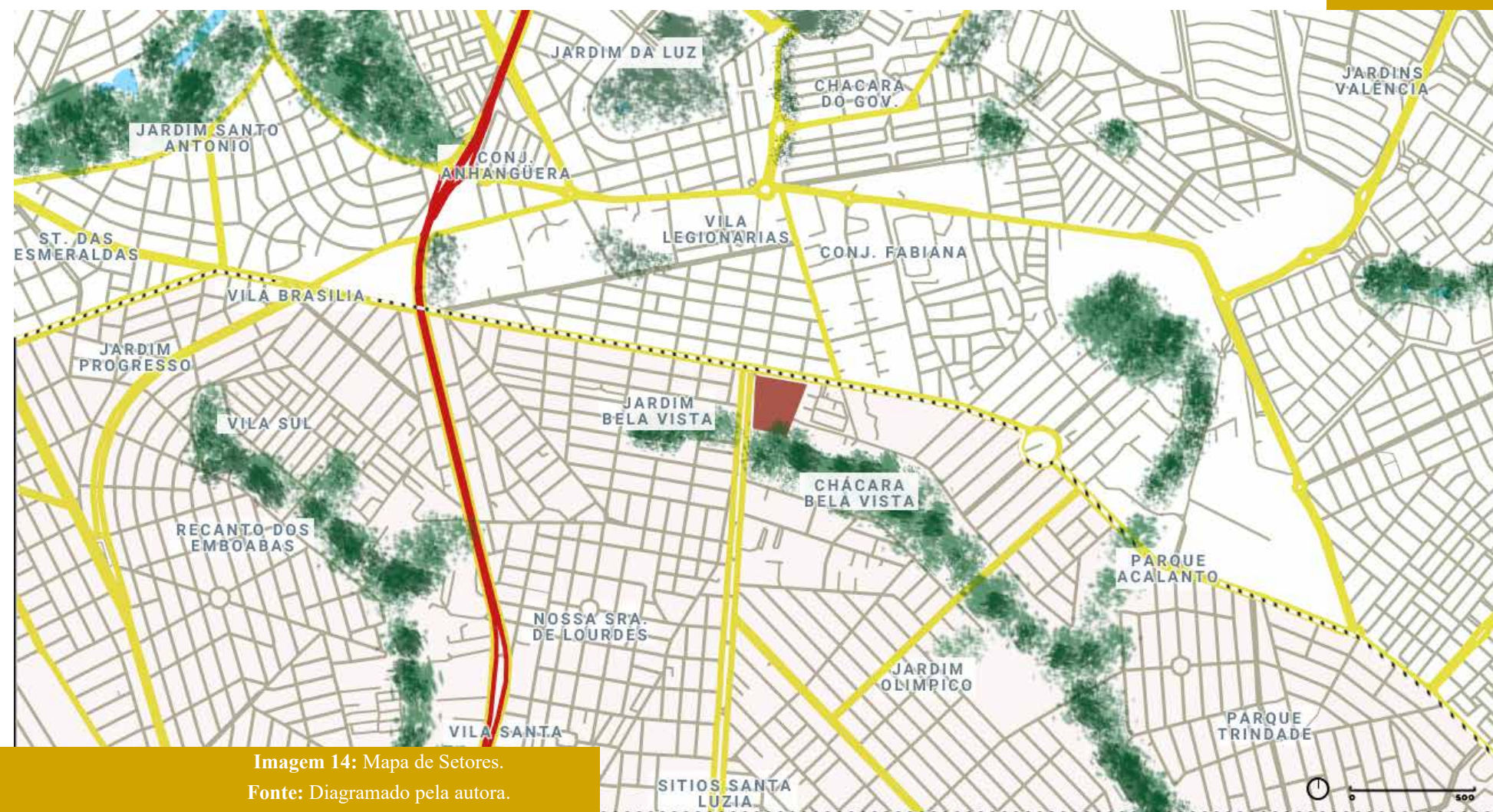


Imagem 14: Mapa de Setores.
Fonte: Diagramado pela autora.



Imagem 15: Mapa de vias.
Fonte: Diagramado pela autora.

O local de intervenção está localizado na Chácara Bela Vista, em Aparecida de Goiânia. A área é produto de um conjunto de chácaras que com o passar dos anos mudaram seu uso, embora ainda existam algumas delas que não foram alteradas.

O terreno encontra-se também ao lado do cruzamento entre impor-

tantes acessos para a cidade de Aparecida de Goiânia, são eles a avenida Bela Vista e as avenidas W1 e Jataí. Existem ainda vias que não foram pavimentadas, uma delas, continuação da Avenida Bela Vista, se conecta a um acesso privado ao fundo da área de intervenção, onde ainda existe parte de uma das chácaras mencionadas.



Imagem 16: Acesso interno aos fundos do terreno.



Imagem 17: Acesso a continuação da avenida Bela Vista, em Aparecida de Goiânia.



Imagem 18: Mapa de noli.
Fonte: Diagramado pela autora.

É possível observar que a região possui terrenos subutilizados como lotes baldios, ou usados para a finalidade de ferros velhos e pátios para carros. O terreno escolhido é parte deste último grupo, atualmente o

local está sendo utilizado como o terceiro pátio de uma empresa de leilão de carros.



■ ÁREA DE INTERVENÇÃO
 ■ CONJUNTO HABITACIONAL
 ■ PÁTIO CENTRAL LEILÃO DE CARROS
 ■ FERRO VELHO

Imagem 19: Vista aérea do entorno.

Fonte: Diagramado pela autora.

Em vermelho destaca-se a área de intervenção onde o pátio 3 desta empresa de leilões está instalado, bem próximo a ele destacado em roxo encontra-se o pátio principal da empresa, entre os dois pátios existe um

conjunto habitacional destacado em amarelo e em azul está destacado um ferro velho, ressaltando as áreas subutilizadas da região.



Imagem 20: Mapa de gabaritos.

Fonte: Diagramado pela autora.

Outra característica da região que facilmente pode ser observada é a questão de que o gabarito das edificações são em sua maioria baixas, com apenas um pavimento de aproximadamente 3 metros.

As edificações que fogem deste padrão são os edifícios do conjunto habitacional e o edifício do Hospital do Servidor Público, que possuem um

gabarito de três pavimentos, aproximadamente 9 metros de altura.

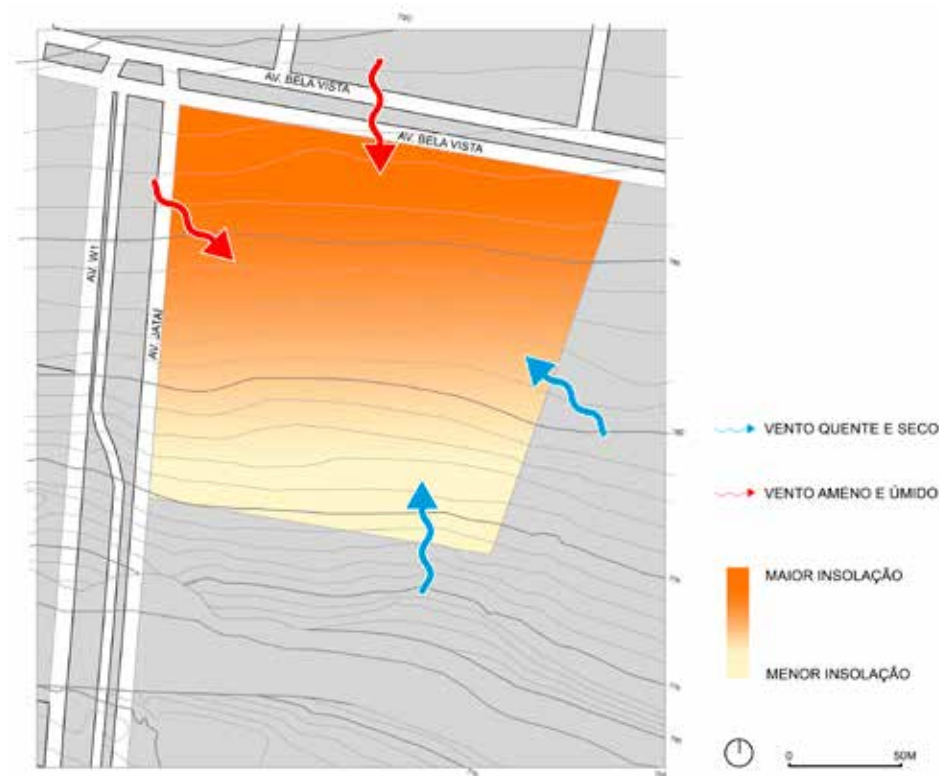


Imagem 21: Mapa de ventos e insolação.

Fonte: Diagramado pela autora.

A área do terreno possui um desnível de 15 metros. A topografia da região é bastante íngreme, devido ao córrego e existem inclusive alguns pontos próximos a nascente do córrego que apresentam erosões, provavelmente causadas por ocupações indevidas em local de área de proteção e pela retirada de vegetação nativa.



04

o projeto

4.1. Estudos de Caso.

O Sesc Pompéia é um projeto de intervenção em pré-existência realizado pela arquiteta Lina Bo Bardi em 1986 na cidade de São Paulo. O projeto tem como proposta a intervenção em uma antiga fábrica de tambores, constituída por galpões que foram entendidos por Lina como elementos essenciais para a concepção do projeto, que compreende a importância da pré-existência, mantendo parte da história local.

O projeto do Sesc Pompéia recebeu também a colaboração dos arquitetos Marcelo Ferraz e André Vainer e acabou se tornando um dos espaços mais democráticos da capital paulista e uma referência para arquitetura não apenas nacional, mas também mundial. Lina inclusive, nomeou o projeto como Cidadela da Liberdade.

Um fato interessante na concepção do projeto foi a decisão por manter os galpões da fábrica, já que a ideia inicial seria demolir os edifícios existentes, porém a decisão da arquiteta acabou sensibilizando a instituição, uma vez que os primeiros anos da história do SESC tiveram início em locais industriais, como já mencionado anteriormente neste trabalho.

O projeto possui programa de lazer e cultura e manteve a estrutura original nos galpões moldados por François Hennebique, engenheiro francês e construtor autodidata, pioneiro no uso de concreto armado.

Para a realização das atividades esportivas foram destinados dois grandes blocos de concreto armado nos fundo do terreno.

Lina projetou ainda uma espécie de riacho e uma lareira na criação dos espaços de convivência. Atualmente os galpões são utilizados para acomodar uma choperia e os ateliês da instituição.

Sesc Pompéia - Lina Bo Bardi

Outra pontuação relevante a ser feita foi o fato de que o Sesc acabou se tornando uma extensão da Rua Clélia, rua do Bairro Pompéia na Zona Oeste de São Paulo, onde o projeto está localizado.

Os espaços vagos entre os galpões dão forma a uma pequena via, que é utilizada como extensão da rua e com o projeto acabou sendo usada na organização dos fluxos internos do complexo.

A intensão primordial da arquiteta revelou-se clara em preservar também a apropriação pública do local, já existente na maior parte do terreno. Então a solução tomada foi a de verticalizar os programas esportivos (através dos edifícios de concreto, que possuem 3 pavimentos, acomodando também os serviços administrativos da instituição) e reafirmar os espaços de convivência e cultura de forma horizontal, através dos galpões e da via formada em frente a eles.



Imagem 22: Projeto Sesc Pompéia.

Fonte: Archdaily. Acesso em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pomeia-slash-lina-bo-bardi>



Uma característica muito importante desta obra é a escolha que a arquiteta teve em valorizar os espaços abertos.

Esta decisão ajudou a criar uma sensação de continuidade e fluidez em todos os ambientes do complexo pertencente ao projeto.

Imagem 23-24: Fotos Projeto Sesc Pompéia.
Fonte: Archdaily.



Imagem 25: Fotos anteriores ao Projeto Sesc Pompéia.
Fonte: Archdaily.

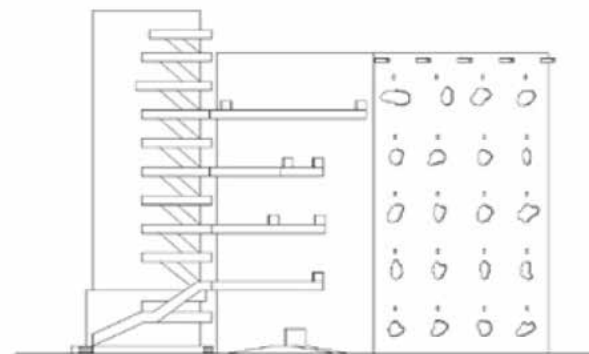


Imagem 26: Elevação Projeto Sesc Pompéia.
Fonte: Archdaily.



Imagem 27: Corte Projeto Sesc Pompéia.
Fonte: Archdaily.

- 1 Bloque deportivo, piscinas, gimnasio y canchas
- 2 Snack bar, camarines, sala gimnasia, lucha y baño
- 3 Torre de agua
- 4 Cubierta solarium, espejo y caída de agua
- 5 Bodegas y mantenimiento
- 6 Estudios para ceramistas, pintores, carpinteros, tapiceros, grabadores e impresores
- 7 Laboratorio fotográfico, estudio de música, sala de baile y camarines
- 8 Teatro
- 9 Foyer
- 10 Restaurant, bar y hall de la cerveza
- 11 Cocina industrial
- 12 Camarines trabajadores y rectorio
- 13 Gran area de estar
- 14 Biblioteca para el tiempo libre
- 15 Edificio para grandes exposiciones
- 16 Oficinas administrativas

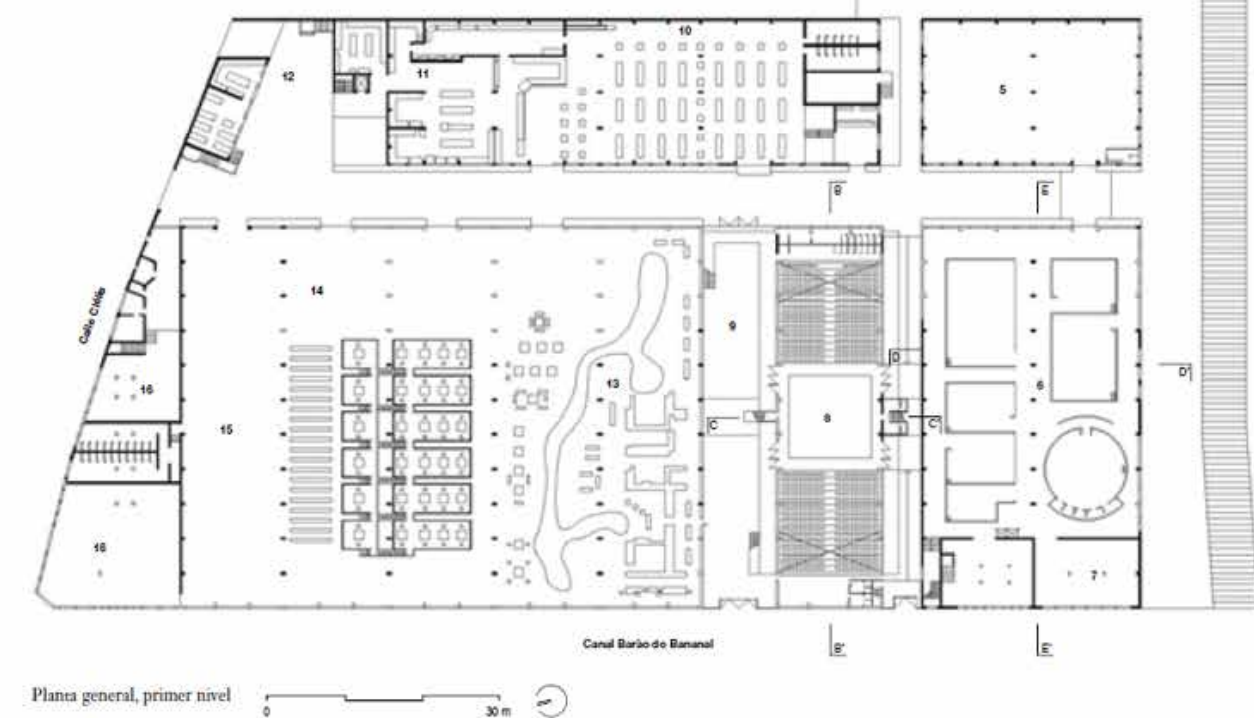


Imagem 28: Planta baixa Projeto Sesc Pompéia.
Fonte: Archdaily.

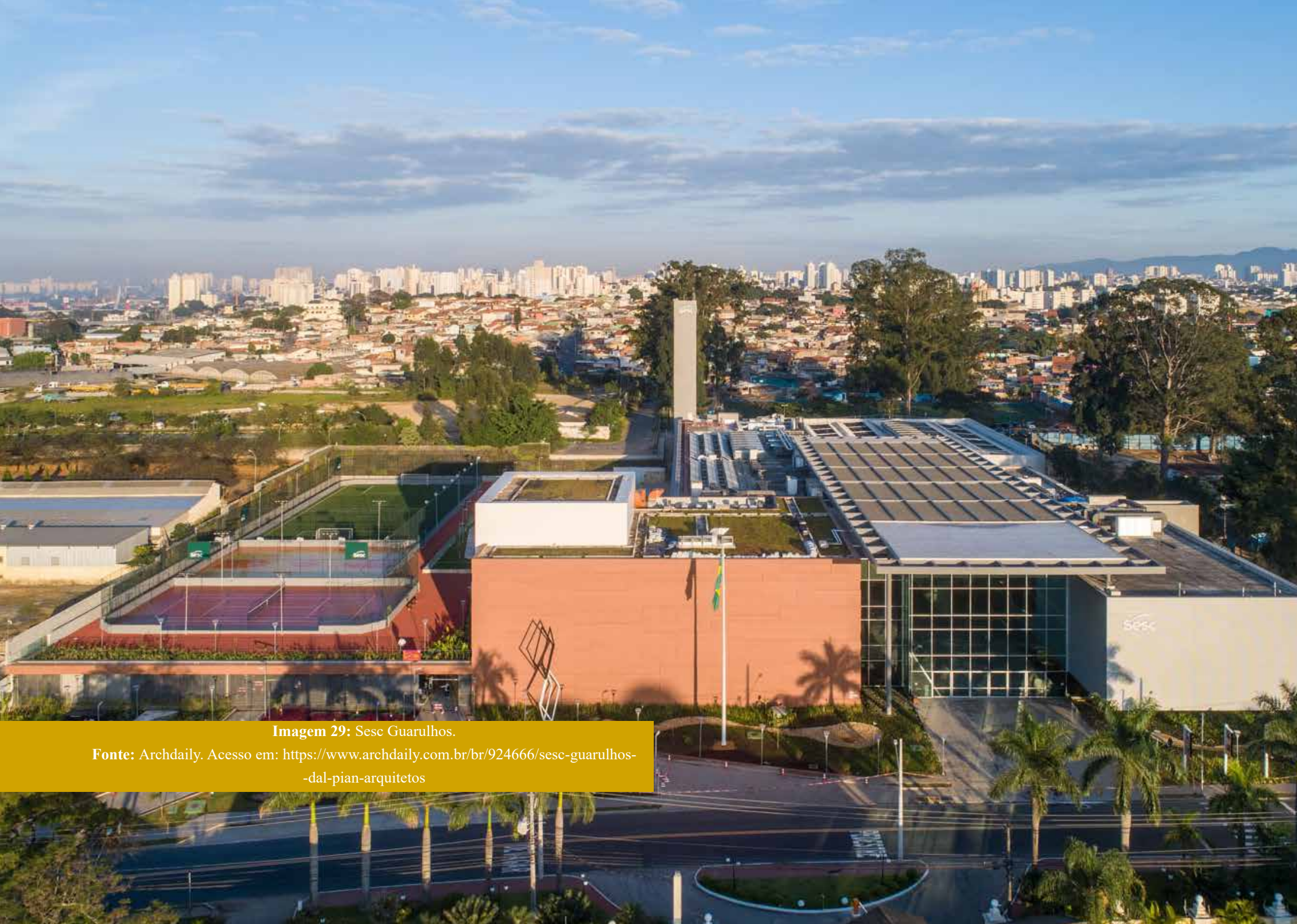


Imagem 29: Sesc Guarulhos.

Fonte: Archdaily. Acesso em: <https://www.archdaily.com.br/br/924666/sesc-guarulhos-dal-pian-arquitetos>

Sesc Guarulhos - Dal Pian Arquitetos

O projeto Sesc Guarulhos teve autoria do grupo Dal Pian Arquitetos, em 2019. Localizado em São Paulo, próximo ao Aeroporto Internacional de Guarulhos e ao conjunto Habitacional Zezinho Magalhães.

O edifício conta com programas culturais, esportivos, de saúde, educação, lazer e possui a intensão de incentivar a convivência e interação entre o público.

O entorno do projeto apresenta um traçado urbano ainda em desenvolvimento, com espaços subutilizados e um desenho urbano fragmentado.

A proposta do projeto carrega a intensão principal de proporcionar um ambiente democrático à população.

A disposição das quadras foi feita de maneira a compor a fachada principal, as quadras são abertas e possuem vista para a rua de forma convidativa, tornando o projeto de fácil leitura para qualquer transeunte que passe pelo local.

A transparência proporcionada pelo vidro que marca a entrada principal também evidencia um acesso convidativo ao local, uma vez que o edifício apresenta-se como uma extensão do percurso urbano do entorno do projeto.

Até mesmo o mobiliário desenvolvido no projeto exerce este papel de guiar o usuário a conhecer os serviços oferecidos pela unidade. Os assentos em módulos dispostos por toda a extensão da praça de convivência direcionam o usuário ao interior do prédio e marcam o percurso interno, além de servirem de apoio para quem passa pelo setor de exposições ao lado.

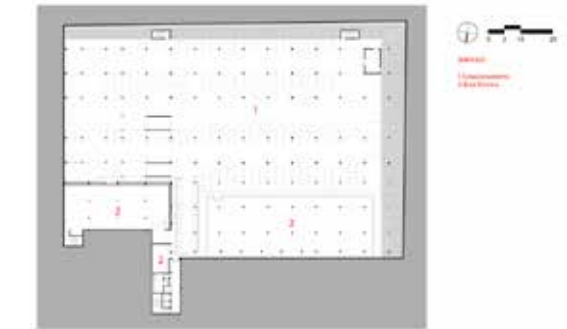


Imagem 30: Planta subsolo Sesc Guarulhos.

Fonte: Archdaily.

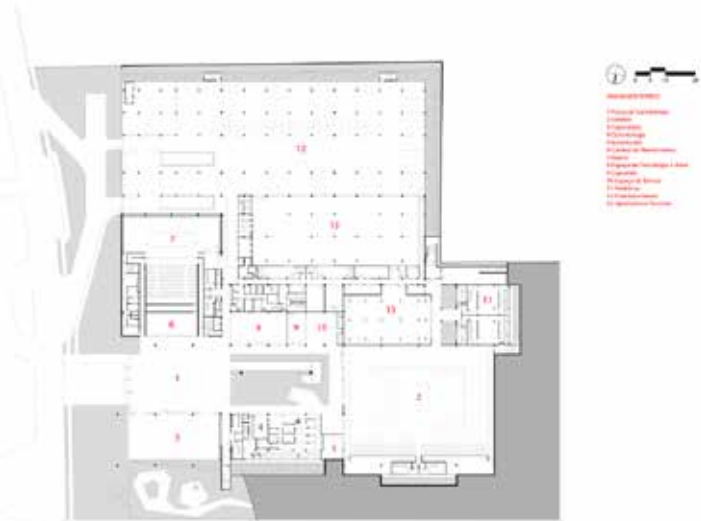


Imagem 31: Planta térreo Sesc Guarulhos.

Fonte: Archdaily.



Imagem 32: Planta pavimento intermediário Sesc Guarulhos.
Fonte: Archdaily.

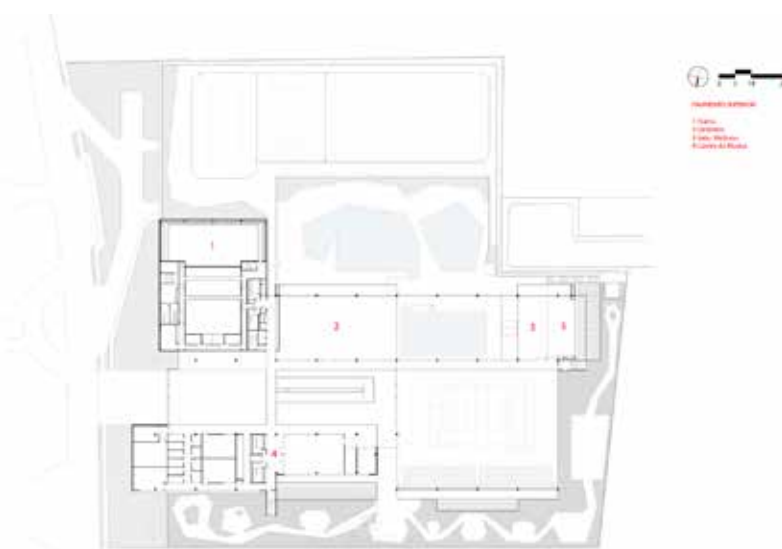


Imagem 33: Planta pavimento superior Sesc Guarulhos.
Fonte: Archdaily.

A unidade conta ainda com serviços odontológicos, centro de educação ambiental, teatro, brinquedoteca, ginásio, espaços para tecnologias e artes, área de alimentação, vestiários, quadras, piscinas, biblioteca, sala de ginástica, sala de música e salas multiuso. Além do setor administrativo e áreas de técnicas.

O edifício possui aberturas na cobertura em pontos estratégicos, que permitem a entrada de iluminação natural no período da manhã e protegem da incidência solar no período da tarde que é prejudicial à saúde.

As aberturas também proporcionam a ventilação interna do edifício, tanto nas áreas de convivência, quanto nas áreas esportivas, que exigem alto desempenho.

Além disso os ambientes são bastante abertos e a maioria das divisões internas são realizadas com vidro, o que traz fluidez e conectividade para o projeto.



Imagem 34-36: Fotos Sesc Guarulhos.
Fonte: Archdaily.



Imagem 37: Sesc Birigui.

Fonte: Archdaily. Acesso em: https://www.archdaily.com.br/br/925058/sesc-birigui-teuba-arquitetura-e-urbanismo?ad_source=search&ad_medium=projects_tab

Sesc Birigui - Teuba Arquitetura e Urbanismo

O projeto do Sesc Birigui foi elaborado pelo escritório Teuba Arquitetura e Urbanismo no ano de 2017. Localizado na cidade de Birigui, em São Paulo.

A primeira observação a ser feita em relação ao projeto é a respeito de sua inserção no local. Ao propor uma volumetria horizontal, os arquitetos respeitaram o gabarito baixo do entorno, que em sua maioria possui edificações de um a dois pavimentos. Outra solução que precisou ser abordada no projeto foi a canalização de um curso de água que cortava o terreno.

A estrutura metálica utilizada para a concepção do projeto possui perfis de aço aparafusados, o que permite que o material possa ser desmontado e reutilizado posteriormente, evitando o desperdício frequente na indústria da construção civil.

Os espaços são adaptáveis devido a escolha dos arquitetos em optar por fazer o fechamento da maioria dos ambientes utilizando divisórias e caixilhos.

A conectividade entre os ambientes é proporcionada pela utilização de materiais como o vidro em grande parte do edifício. Os vidros utilizados possuem fator solar que permite a entrada de iluminação natural mas evitam a entrada de calor.

Também houve a preocupação a respeito da ventilação interna, o projeto possui aberturas que permitem uma ventilação cruzada permanente, nas quais o ar fresco entra através de aberturas inferiores e o ar poluído e quente sai através de aberturas superiores.

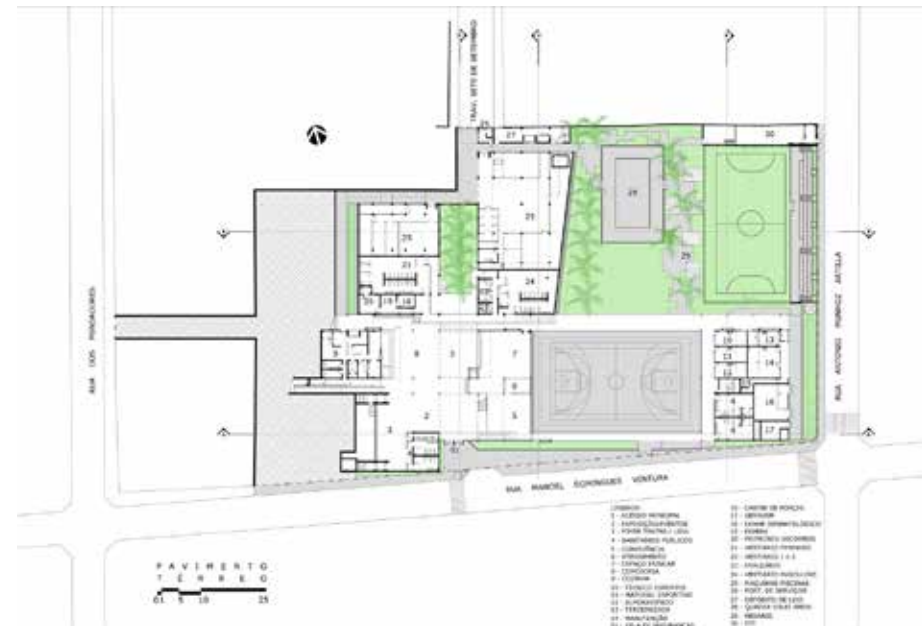


Imagem 38: Planta térrea Sesc Birigui.
Fonte: Archdaily.

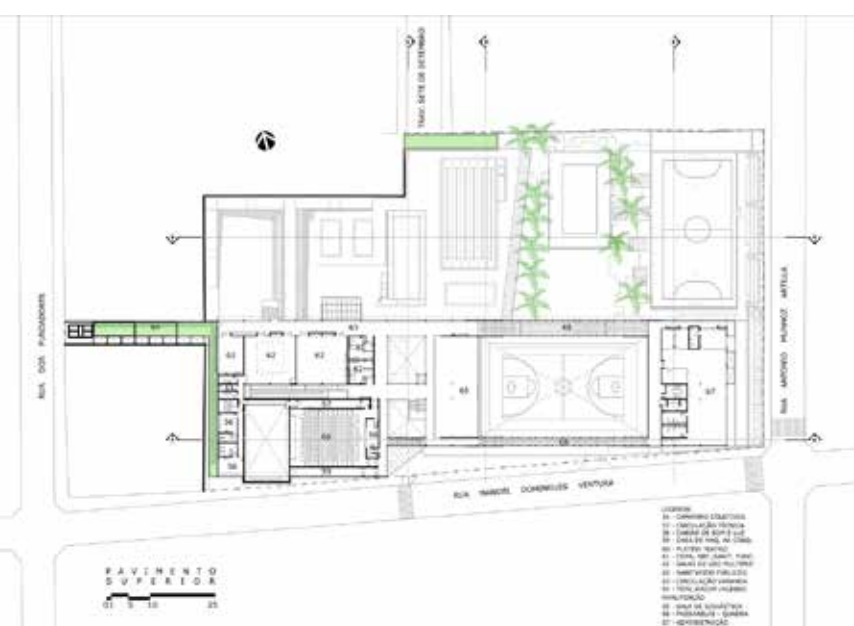


Imagem 40: Planta superior Sesc Birigui.
Fonte: Archdaily.

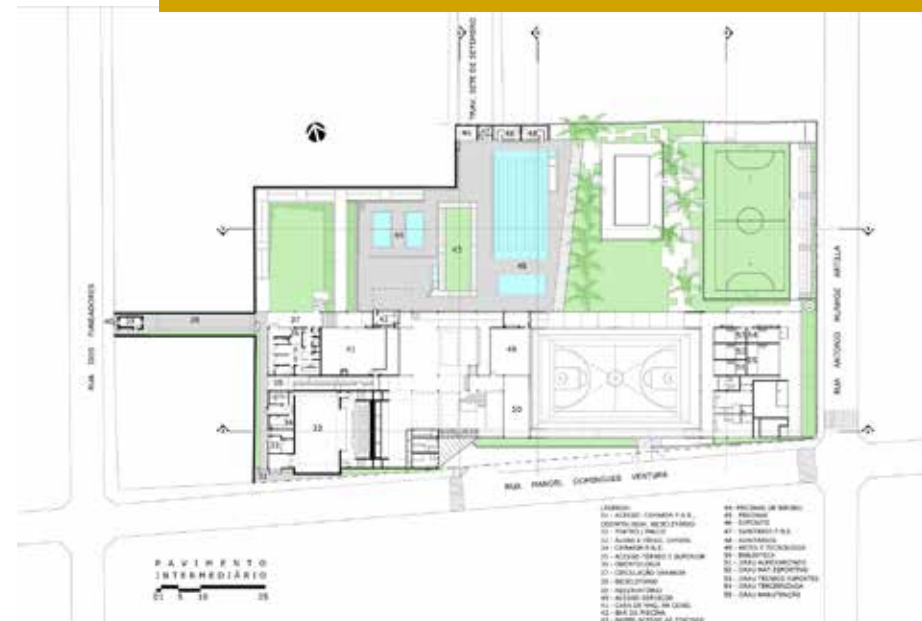


Imagem 39: Planta intermediária Sesc Birigui.
Fonte: Archdaily.

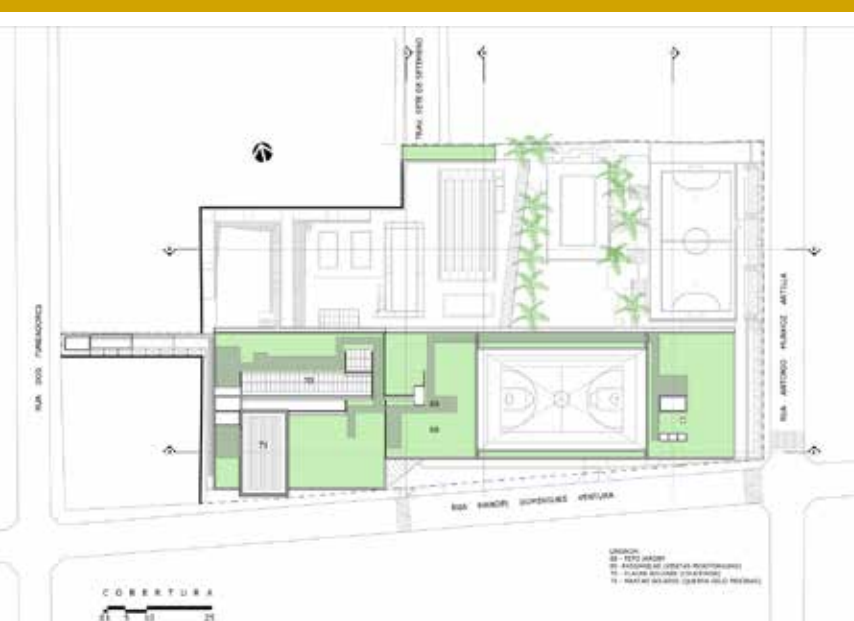


Imagem 41: Planta cobertura Sesc Birigui.
Fonte: Archdaily.

O projeto possui ainda um teto jardim que garante o equilíbrio da temperatura ambiente do edifício e coleta águas pluviais que são reutilizadas no funcionamento da unidade.

Além disto o projeto contém brises, placas solares, mantas solares e um paisagismo direcionados a reduzir a temperatura e o impacto ambiental do edifício.

A unidade conta ainda com uma estação de tratamento de esgoto própria, onde a água das bacias sanitárias são de reuso, coletadas através da cobertura do edifício e o excesso da água tratada volta para a rede pública.



Imagem 42-44: Fotos Sesc Birigui.
Fonte: Archdaily.



4.2. Diretrizes de Projeto.

Através das análises e leitura dos levantamentos realizados e com o intuito de nortear o desenvolvimento deste projeto, torna-se necessário o estabelecimento de algumas diretrizes gerais que deverão ser seguidas.

- 1- Projetar palco ao ar livre, destinado a promover atividades culturais.
- 2- Propor replantil de vegetação nativa semelhante ao longo do terreno.
- 3- Projetar um teatro para promover espaços de cultura.
- 4- Projetar um restaurante comunitário que atenda ao entorno.
- 5- Projetar espaços de convívio.
- 6- Oferecer acesso seguro e inclusivo a pedestres.
- 7- Propor edifícios majoritariamente horizontais, respeitando o padrão do gabarito da região e se conectando com a paisagem.
- 8- Integrar o entorno imediato do lote ao projeto, sem barreiras físicas ou visuais.

1. Projetar palco ao ar livre, destinado a promover atividades culturais.

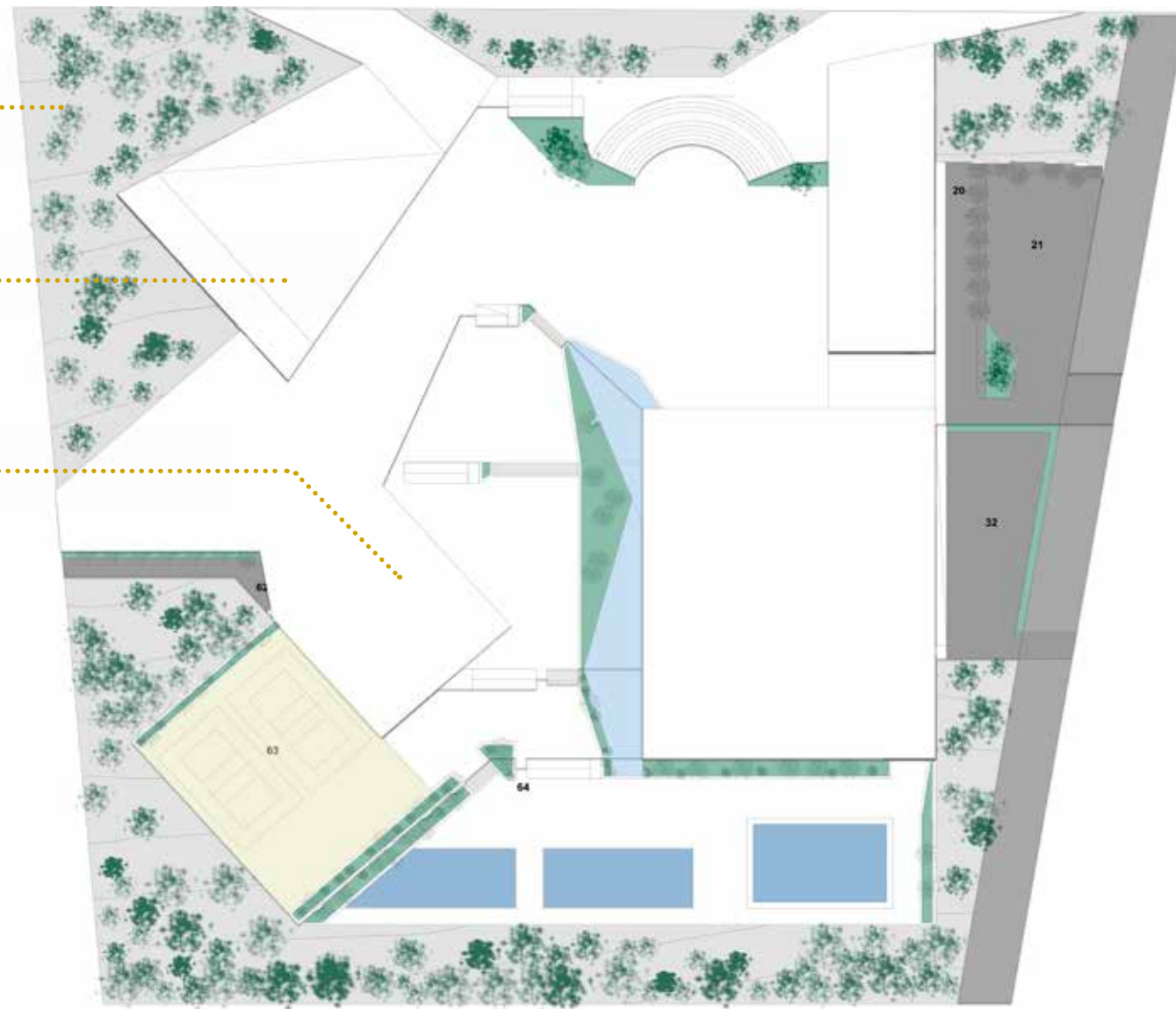


Imagem 45: Vista da arquibancada para o palco aberto.
Diagramado pela autora.

2. Propor replantil de vegetação nativa semelhante ao longo do terreno.

3. Projetar um teatro para promover de cultura.

4. Projetar um restaurante comunitário que atenda ao entorno.



5. Projetar espaços de convívio.

6. Oferecer acesso seguro e inclusivo a pedestres.

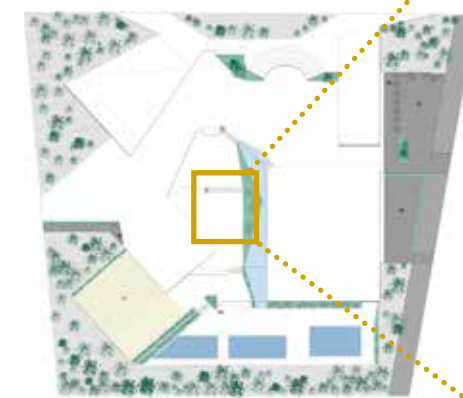


Imagem 46: Vista do pátio central.
Diagramado pela autora.



7. Propor edifícios majoritariamente horizontais, respeitando o padrão do gabarito da região e se conectando com a paisagem.

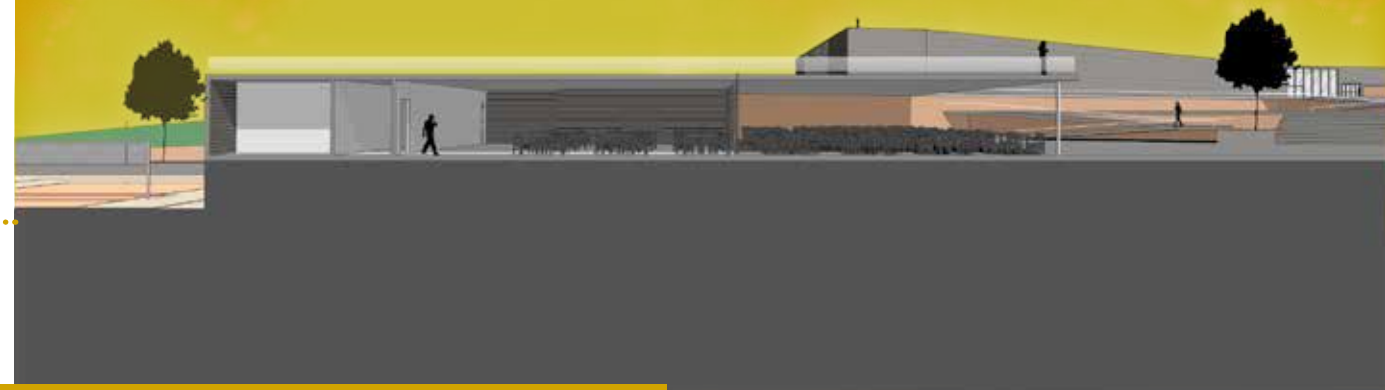
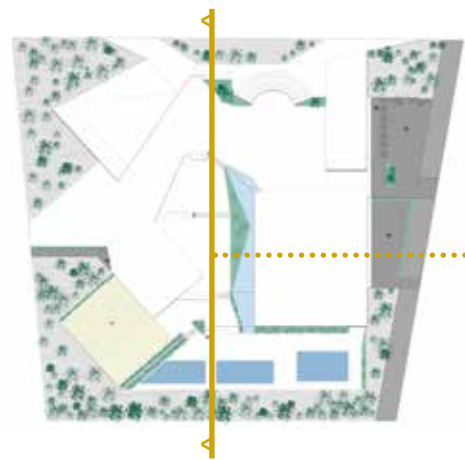
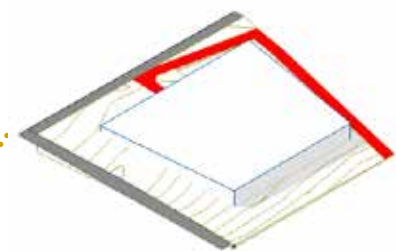


Imagem 47: Corte Esquemático do restaurante e parte central do terreno.
Diagramado pela autora.

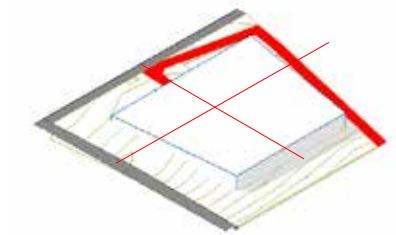
8. Integrar o entorno imediato do lote ao projeto, sem barreiras físicas ou visuais.



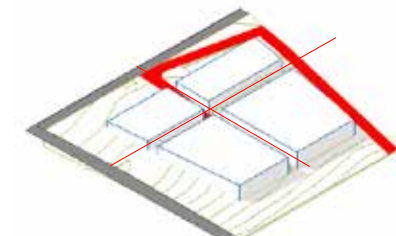
4.3. Memorial de Projeto Conceito e Partido.



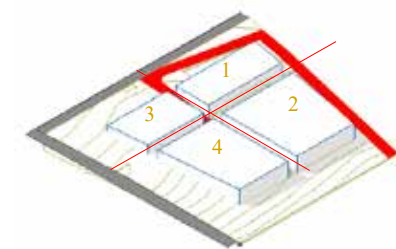
Extrusão da volumetria do terreno após os afastamentos realizados.



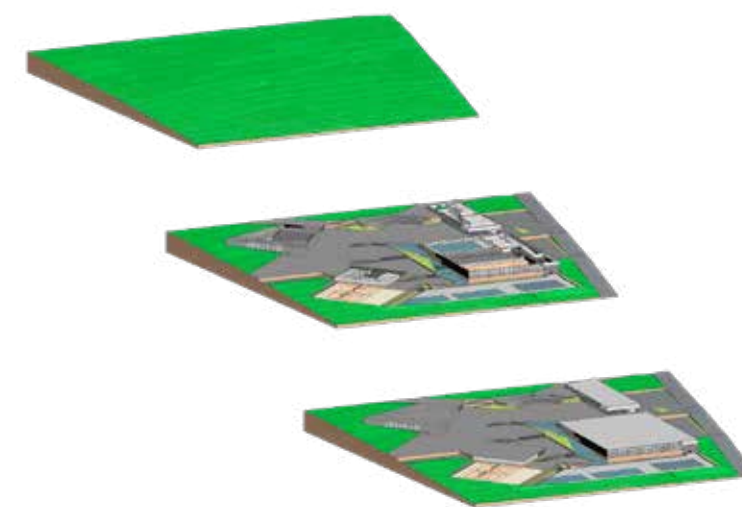
Definição dos eixos norteadores cortando o sólido, direcionando acessos e fluxos.



Divisão do terreno em quatro setores para aproveitamento de área adequada para cada programa.



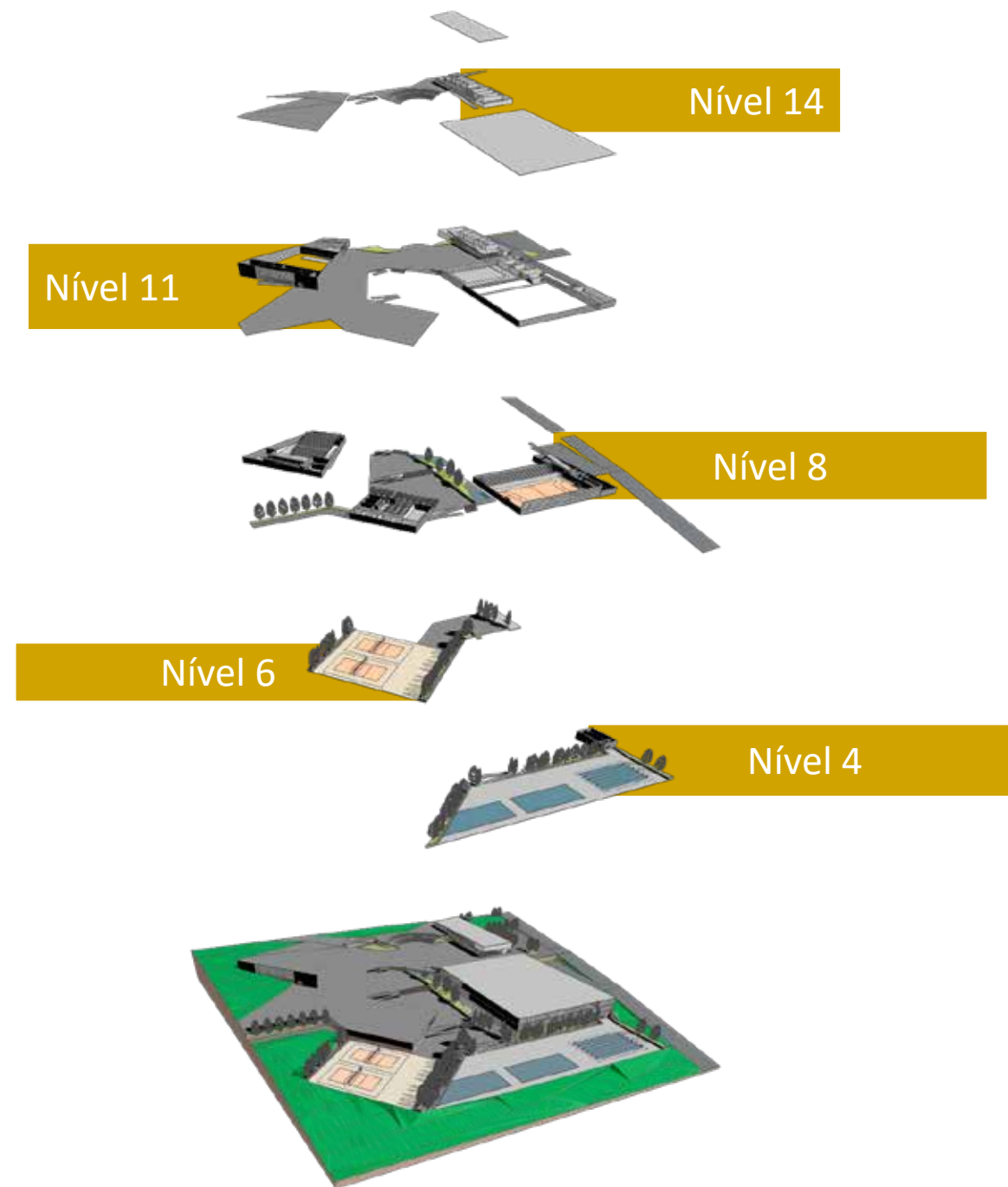
1. SESC - Parte Social.
2. SESC - Parte Esportiva.
3. Teatro
4. Restaurante



O projeto foi pensado de modo a respeitar a paisagem do entorno. Foram leavadas e, consideração máxima, tanto a paisagem urbana, ou seja, o gabarito das construções que margeam o terreno; quanto à paisagem natural, com a vista para o fundo de vale. Vista essa que torna-se o ponto ápice do projeto, através de mirantes.

Para isso, foi necessária a adaptação ao declive do terreno, que possui um caimento de 15 metros. A solução encontrada foi trabalhar através de platôs, os níveis foram distribuídos de maneira que interferissem o mínimo na paisagem.

Como consequência desta decisão inicial, a conexão com o entorno acontece de forma orgânica, o projeto tem como expectativa incorporar-se ao resto da cidade, através de acessos livres, principalmente de maneira visual, em grande parte da área.



4.4. Programa de Necessidades.

Ao longo deste trabalho, foram realizados levantamentos técnicos, estudos de caso e reconhecimento da área de análise escolhida para realização do projeto; e através deste estudo que se resulta o levantamento de programa de necessidades.

O projeto é então pensado em 4 blocos de edifícios, os dois primeiros blocos sendo a parte social do Sesc e a parte esportiva; e os demais pertencentes ao teatro e ao restaurante.

Ambiente	Área/m ²	Ambiente	Área/m ²
Centro de Educ...	59,17	Área de Aliment...	586,27
Administração	35,05	WC	30,84
WC	28,22	DML	19,69
DML	19,69	WC	28,22
WC	29,53	Cozinha	57,07
Recepção Sesc	158,56	Armazenamento	43,81
Espaço de Leitura	117,88	Sala de 1º Soco...	49,95
Brinquedoteca	67,43	Sala Ginástica	165,96
Sala de Artes	67,43	Carga e Descarga	228,49
Sala de Tecnolo...	67,43	Estacionamento	784,23
Sala de Exposiç...	170,11	Hall Sesc Spor...	266,18
Depósito	22,40	Vestiário	79,39
Vestiário	170,90	Vestiário	83,47
Quadra coberta	1.665,00	Sala de máquinas	12,63
Estacionamento	695,52	DML	12,14
Coxia Lateral E...	128,63	Administração E...	176,22
Depósito Cenog...	88,47	Piscina Coberta	824,84
Palco	183,27	Foyer	219,52
Coxia Lateral Di...	85,22	DML	10,54
DML	7,88	WC	69,50
Restaurante	181,21	Foyer	147,75
WC	26,82	Recepção Teatro	31,68
WC	27,14	Administração T...	28,93
Armazenamento	25,61	WC	13,10
Vestiário	22,53	WC	13,39
Vestiário	22,57	Camarm	36,11
DML	10,45	Camarm	25,83
Armazenamento	26,41	Camarm	25,83
Câmara Fria	22,17	Sala de Ensaio	69,10
Lavatório	28,14		31.556,86
Cozinha	117,73		
Carga e Descar...	168,12		

4.5. Implantação, Plantas, Cortes, Elevações, Maquetes eletrônicas.

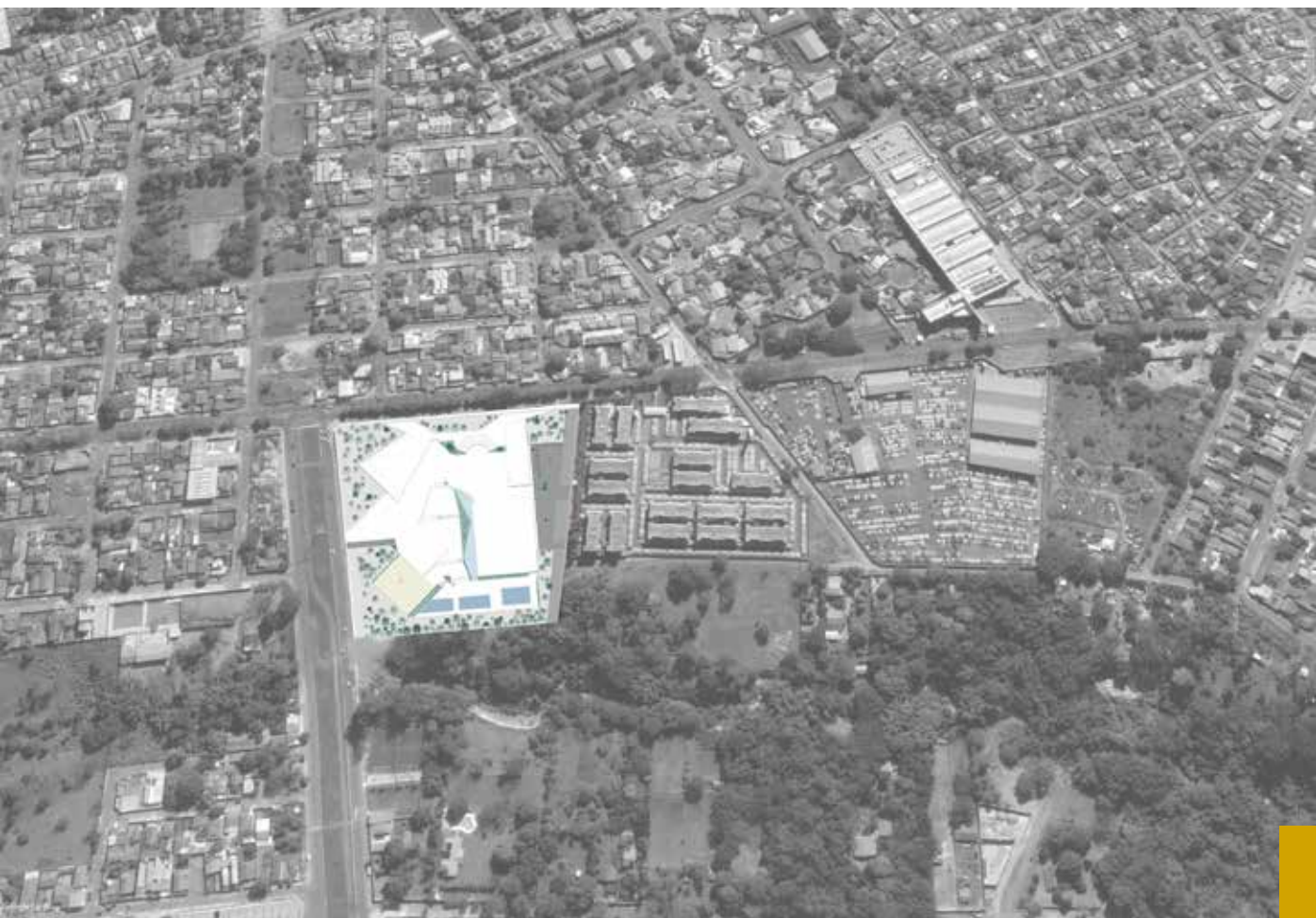
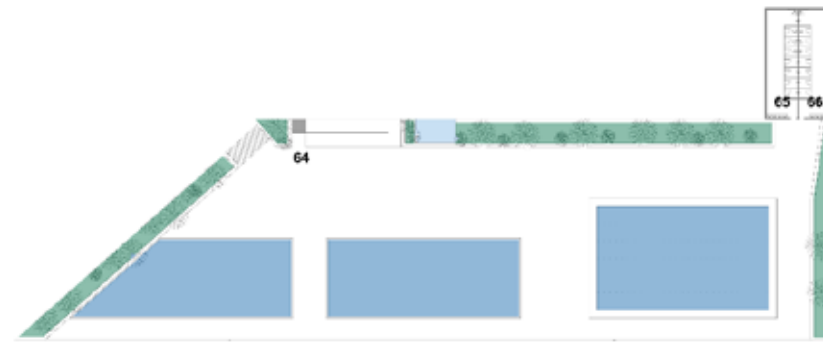


Imagem 48 - 49: Implantação.
Diagramado pela autora.



Planta Nível 4

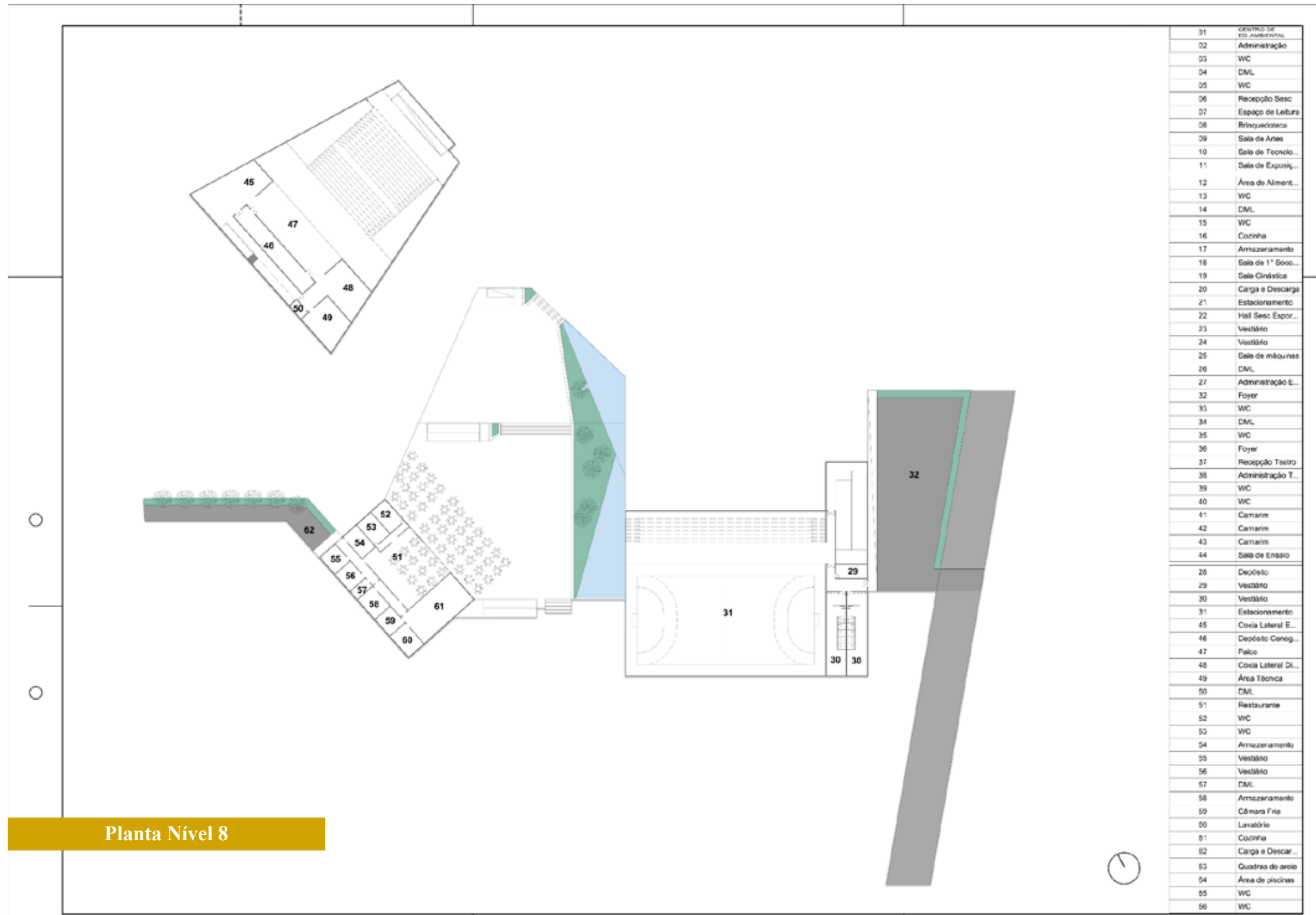


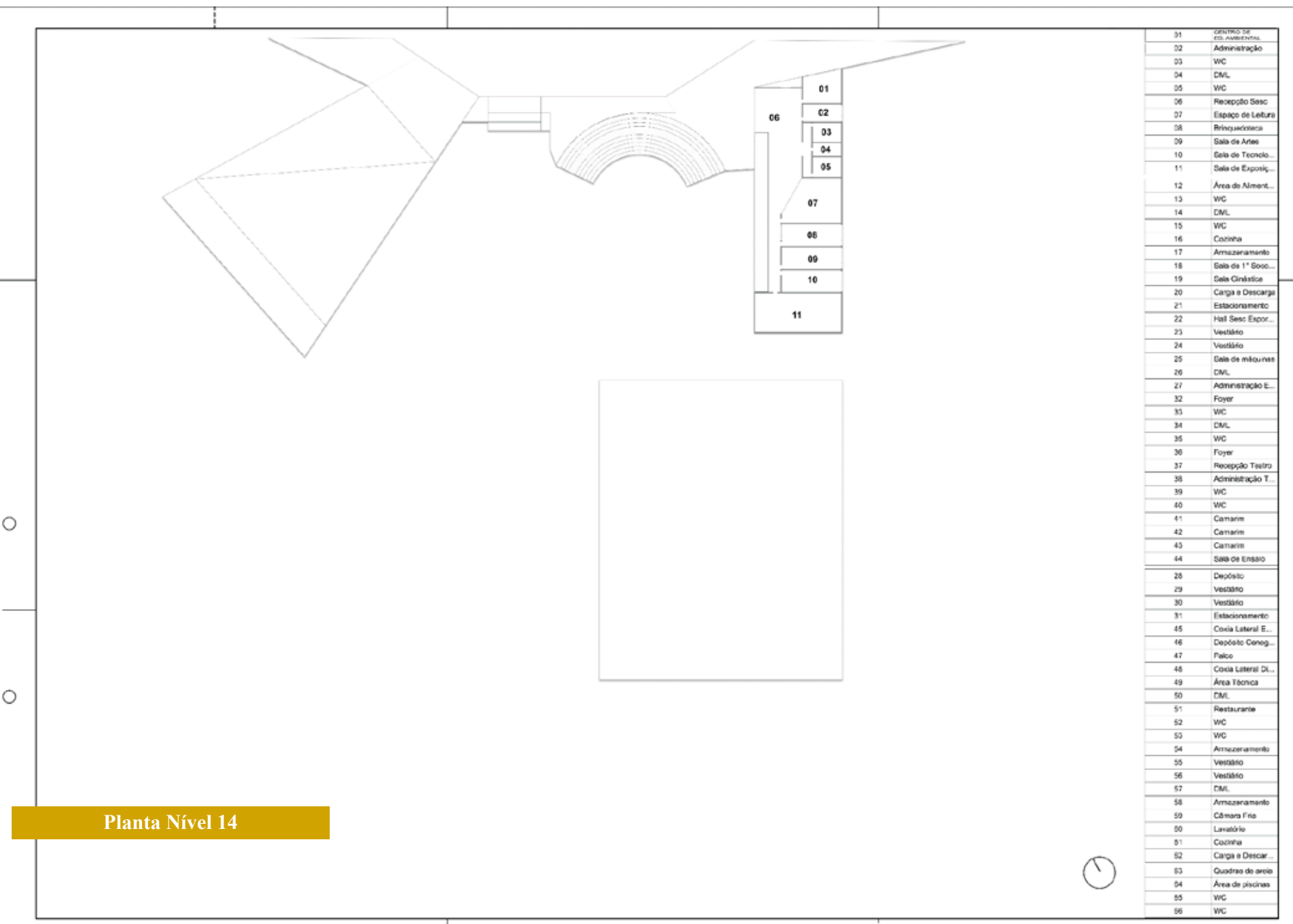
31	GRUPO DE ED. AMBIENTAL
02	Administração
03	WC
04	DML
05	WC
06	Recepção Sesc
07	Espaço de Leitura
08	Brinquedoteca
09	Sala de Artes
10	Sala de Tecno...
11	Sala de Exposit...
12	Área de Aliment...
13	WC
14	DML
15	WC
16	Cocina
17	Armazenamento
18	Sala de 1ª Soco...
19	Sala Ginástica
20	Carga e Descar...
21	Estacionamento
22	Hall Sesc Expor...
23	Vestibulo
24	Vestibulo
25	Sala de máquinas
26	DML
27	Administração E...
32	Foyer
33	WC
34	DML
35	WC
36	Foyer
37	Recepção Teatro
38	Administração T...
39	WC
40	WC
41	Camarim
42	Camarim
43	Camarim
44	Sala de Ensaio
28	Depósito
29	Vestibulo
30	Vestibulo
31	Estacionamento
45	Coxia Lateral E...
46	Depósito Conog...
47	Falco
48	Coxia Lateral D...
49	Área Técnica
50	DML
51	Restaurante
52	WC
53	WC
54	Armazenamento
55	Vestibulo
56	Vestibulo
57	DML
58	Armazenamento
59	Câmara Fria
60	Lavatório
61	Cocina
62	Carga e Descar...
63	Quadra de areia
64	Área de piscinas
55	WC
56	WC

Planta Nível 6



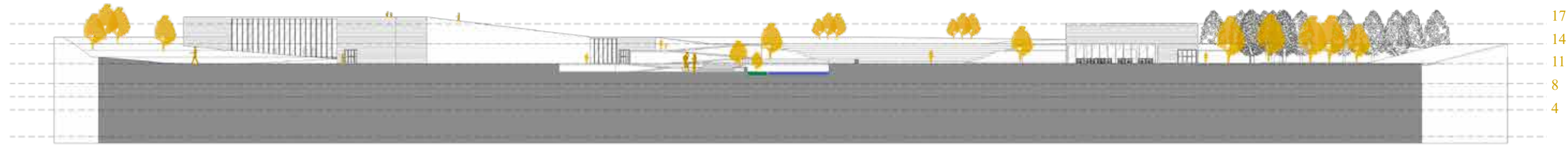
31	GRUPO DE ED. AMBIENTAL
02	Administração
03	WC
04	DML
05	WC
06	Recepção Sesc
07	Espaço de Leitura
08	Brinquedoteca
09	Sala de Artes
10	Sala de Tecno...
11	Sala de Exposit...
12	Área de Aliment...
13	WC
14	DML
15	WC
16	Cocina
17	Armazenamento
18	Sala de 1ª Soco...
19	Sala Ginástica
20	Carga e Descar...
21	Estacionamento
22	Hall Sesc Expor...
23	Vestibulo
24	Vestibulo
25	Sala de máquinas
26	DML
27	Administração E...
32	Foyer
33	WC
34	DML
35	WC
36	Foyer
37	Recepção Teatro
38	Administração T...
39	WC
40	WC
41	Camarim
42	Camarim
43	Camarim
44	Sala de Ensaio
28	Depósito
29	Vestibulo
30	Vestibulo
31	Estacionamento
45	Coxia Lateral E...
46	Depósito Conog...
47	Falco
48	Coxia Lateral D...
49	Área Técnica
50	DML
51	Restaurante
52	WC
53	WC
54	Armazenamento
55	Vestibulo
56	Vestibulo
57	DML
58	Armazenamento
59	Câmara Fria
60	Lavatório
61	Cocina
62	Carga e Descar...
63	Quadra de areia
64	Área de piscinas
55	WC
56	WC





31	Centro de
32	Administração
33	WC
34	DML
35	WC
36	Recepção Sesc
37	Espaço de Leitura
38	Brinquedoteca
39	Sala de Artes
40	Sala de Treino...
41	Sala de Exposit...
42	Área de Aliment...
43	WC
44	DML
45	WC
46	Cocina
47	Armazenamento
48	Sala de 1º Soco...
49	Sala Ginástica
50	Carga e Descar...
51	Estacionamento
52	Hall Sesc Expor...
53	Vestibulo
54	Vestibulo
55	Sala de máquinas
56	DML
57	Administração E...
58	Foyer
59	WC
60	DML
61	WC
62	Foyer
63	Recepção Teatro
64	Administração T...
65	WC
66	WC
67	Camarim
68	Camarim
69	Camarim
70	Sala de Ensai...
71	Depósito
72	Vestibulo
73	Vestibulo
74	Estacionamento
75	Coxa Lateral E...
76	Depósito Coneg...
77	Falco
78	Coxa Lateral Di...
79	Área Técnica
80	DML
81	Restaurante
82	WC
83	WC
84	Armazenamento
85	Vestibulo
86	Vestibulo
87	DML
88	Armazenamento
89	Câmara Fria
90	Lavatório
91	Cocina
92	Carga e Descar...
93	Quadro de ar...
94	Área de piscinas
95	WC
96	WC

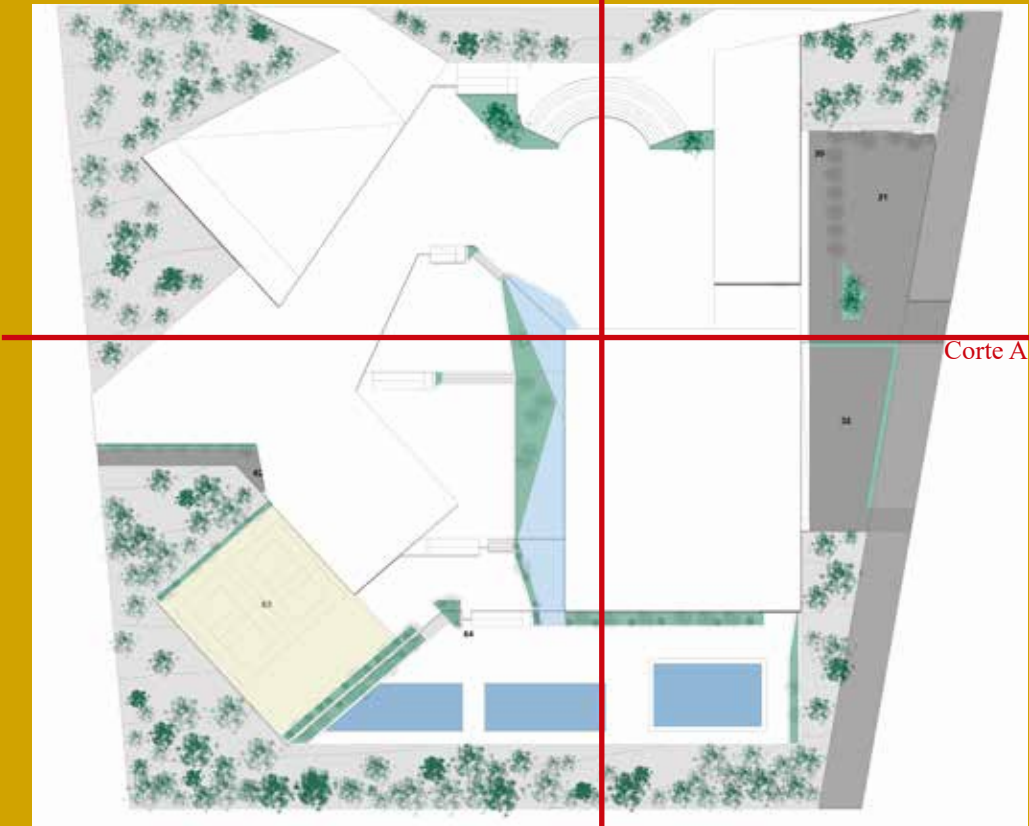
Planta Nível 14



Corte A

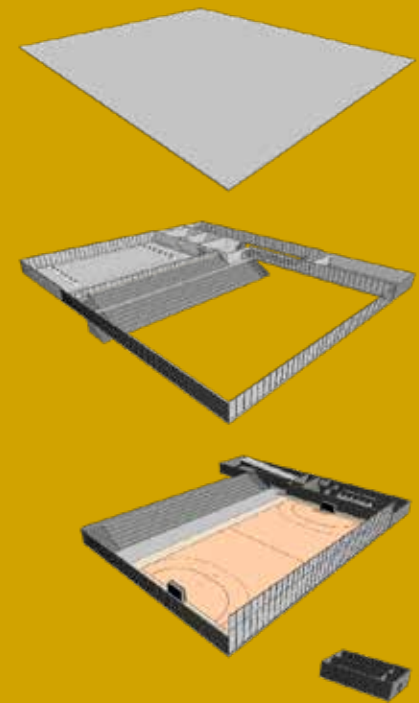


Corte B

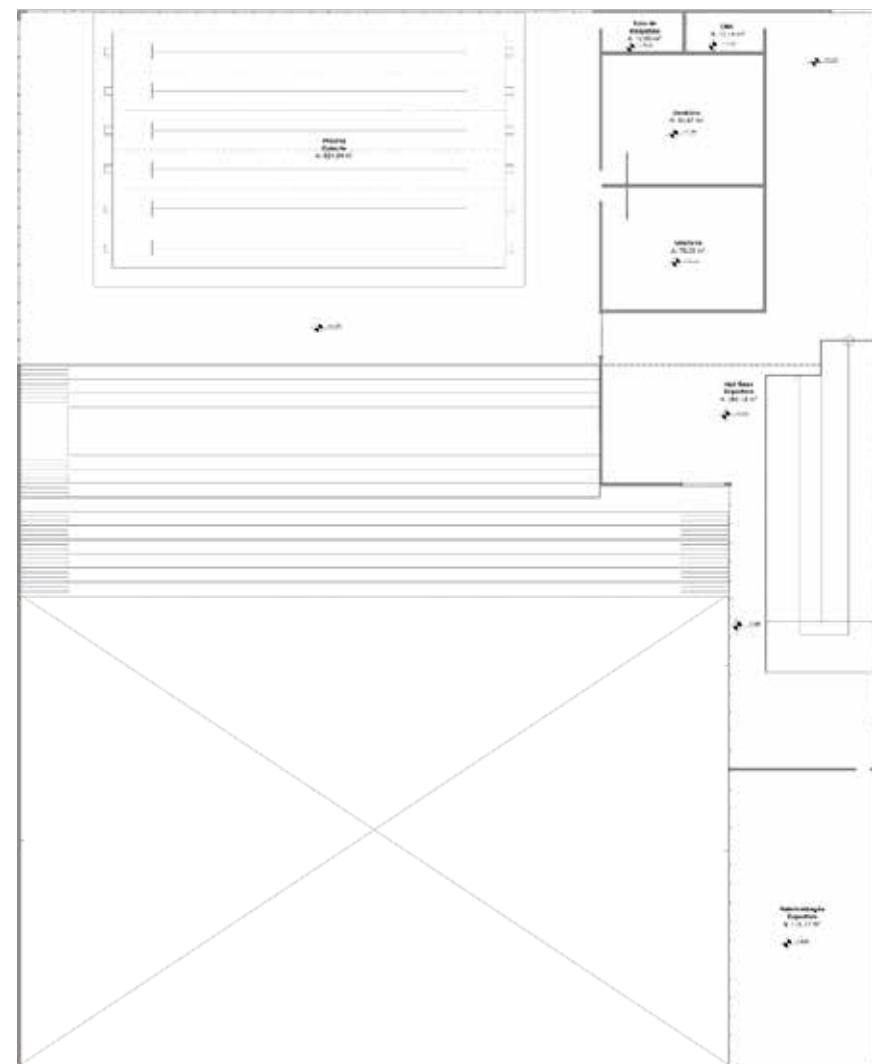


Corte A

Corte B

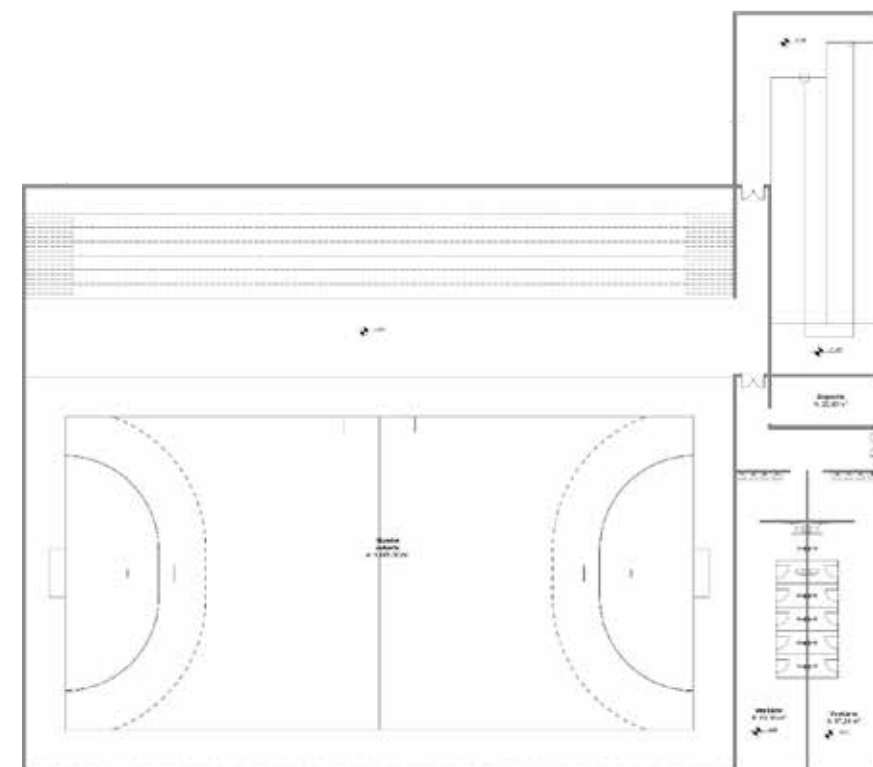


Sesc Esportivo superior

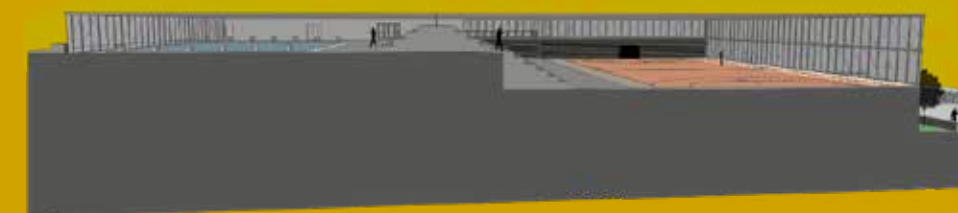
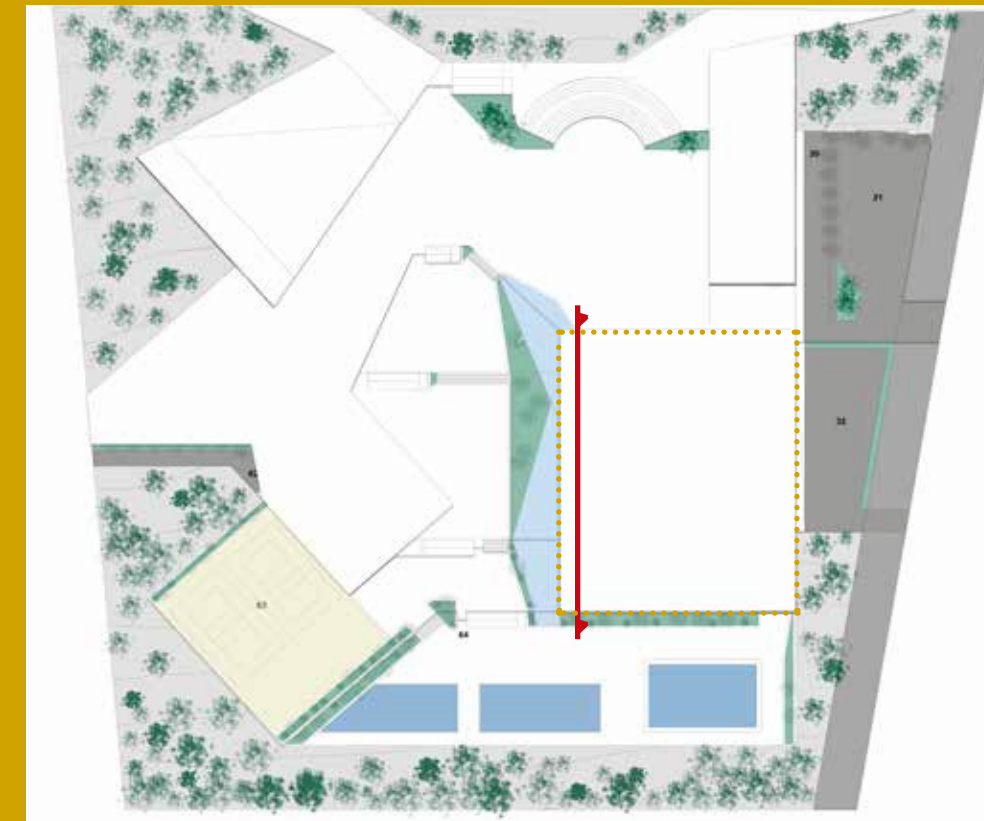


PLANTA BAIXA SESC ESPORTIVO NÍVEL 11
Esc.: 1/200

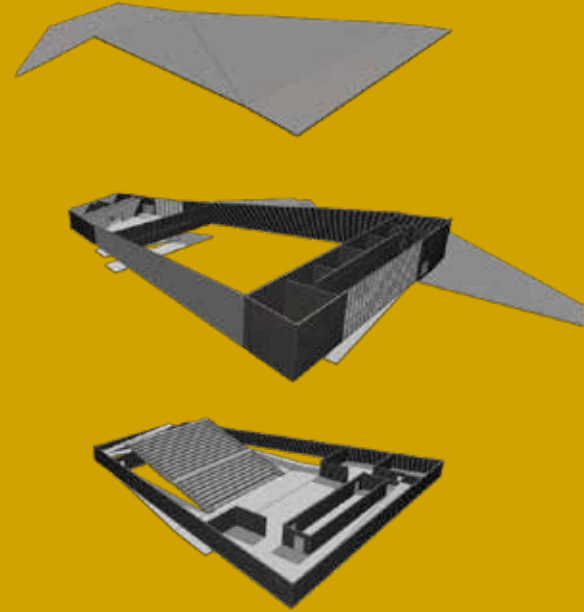
Sesc Esportivo inferior



PLANTA BAIXA SESC ESPORTIVO NÍVEL 8
Esc.: 1/200

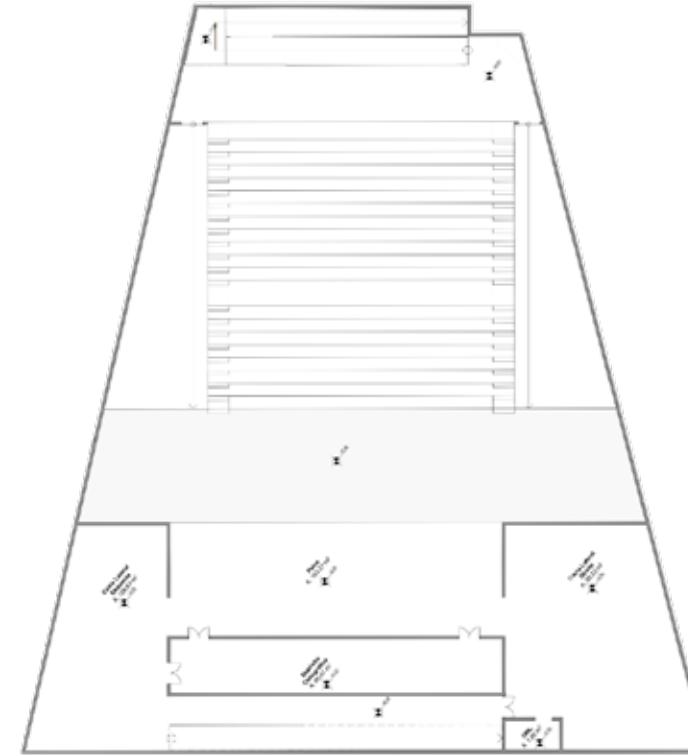
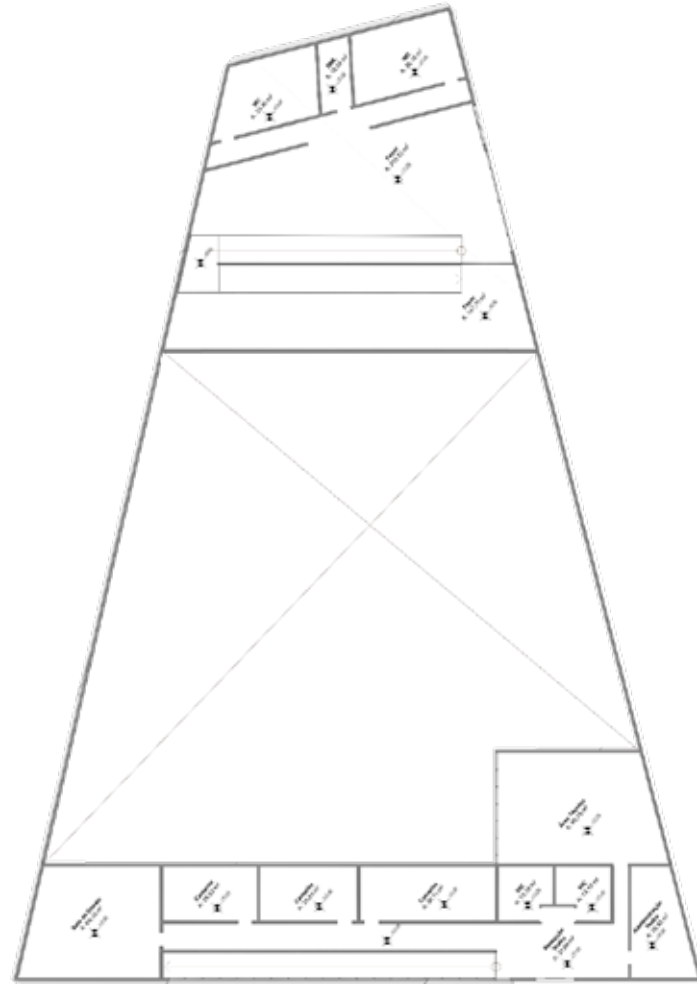


CORTE ESQUEMÁTICO SESC ESPORTIVO



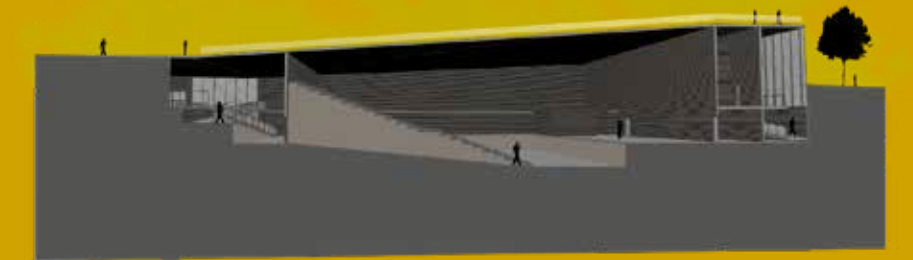
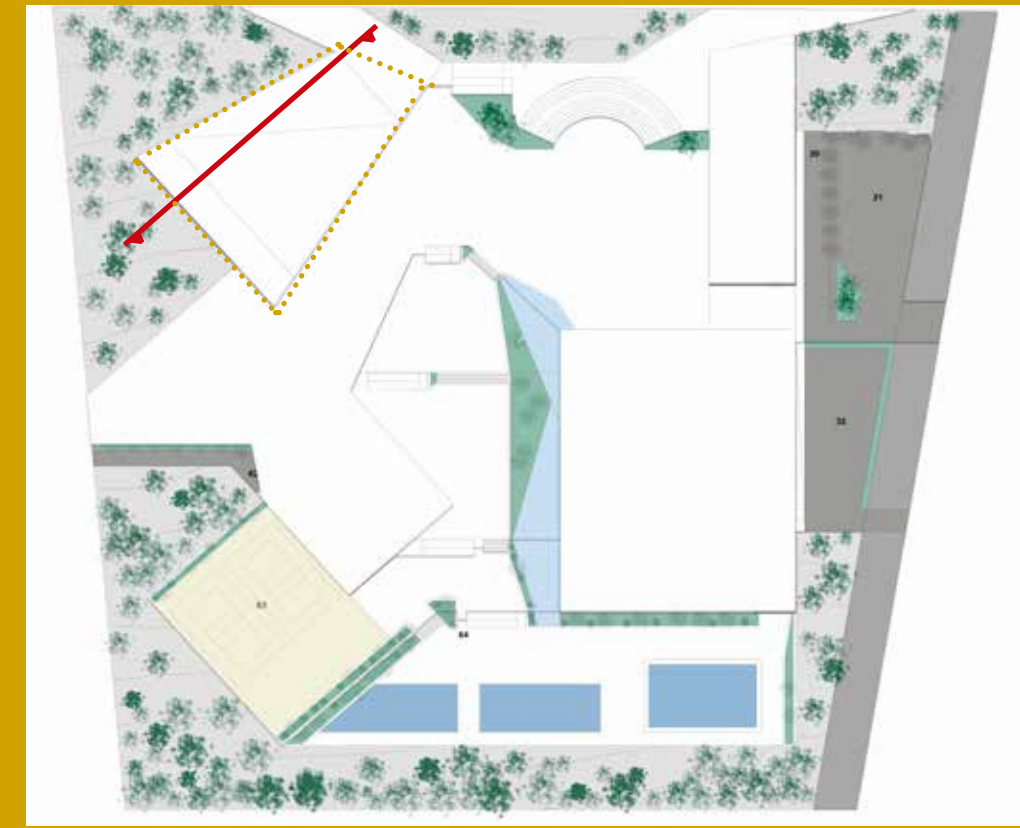
Teatro superior

Teatro inferior



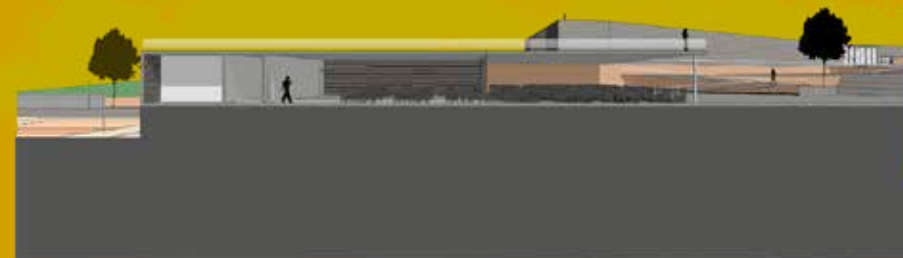
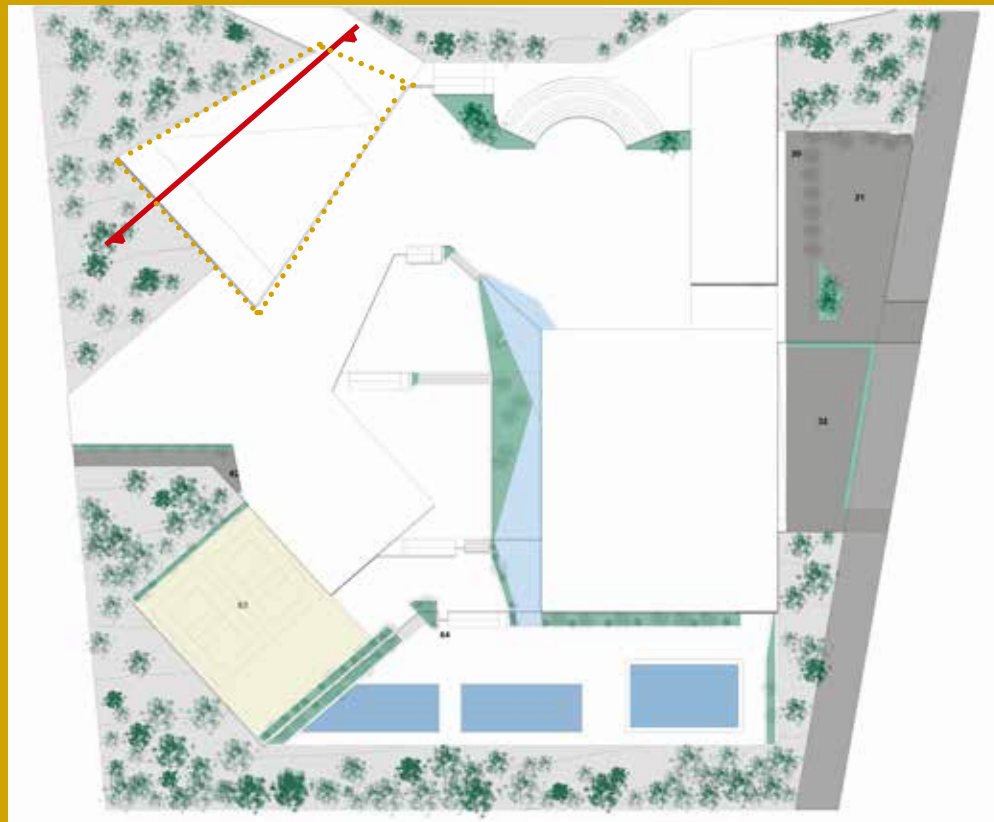
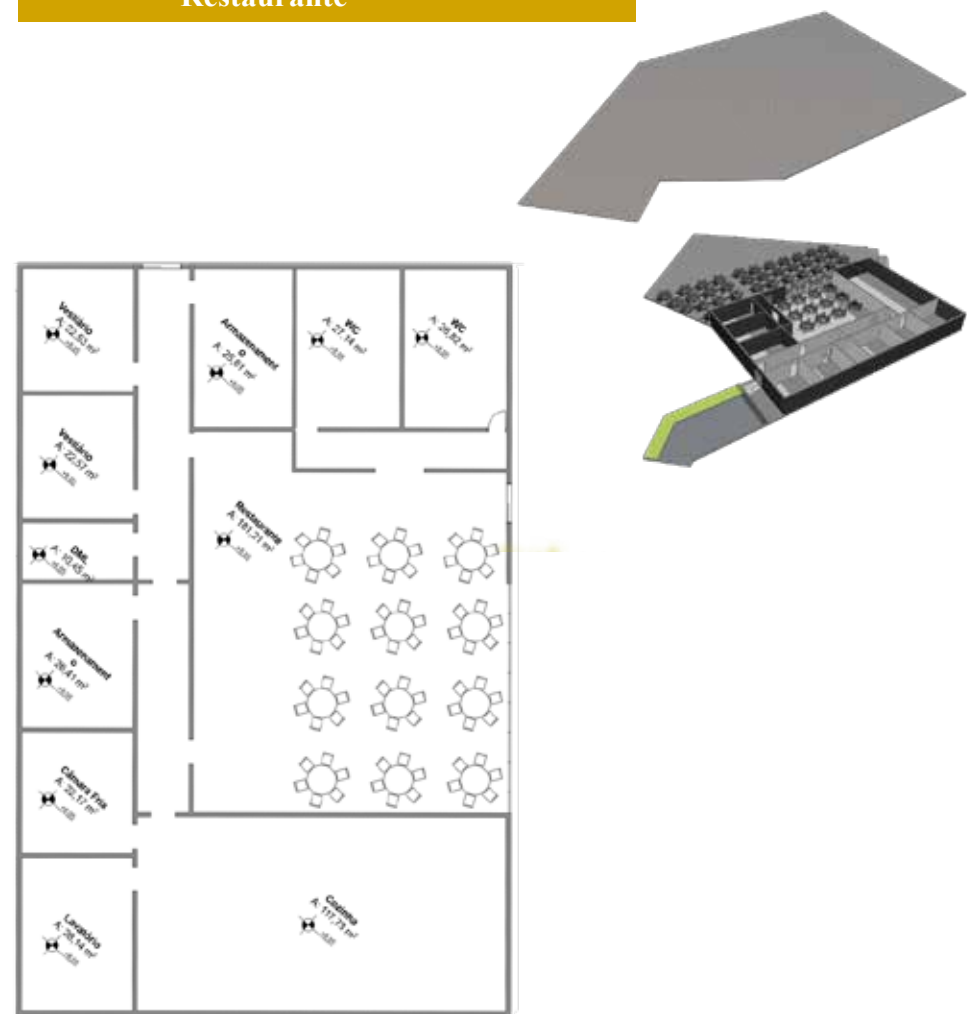
PLANTA BAIXA TEATRO
NÍVEL 11
Esc.: 1/200

PLANTA BAIXA TEATRO
NÍVEL 8
Esc.: 1/200



CORTE ESQUEMÁTICO TEATRO

Restaurante



PLANTA BAIXA RESTAURANTE
NÍVEL 8
Esc.: 1/200

CORTE ESQUEMÁTICO RESTAURANTE



Imagem 50: Sesc Social.

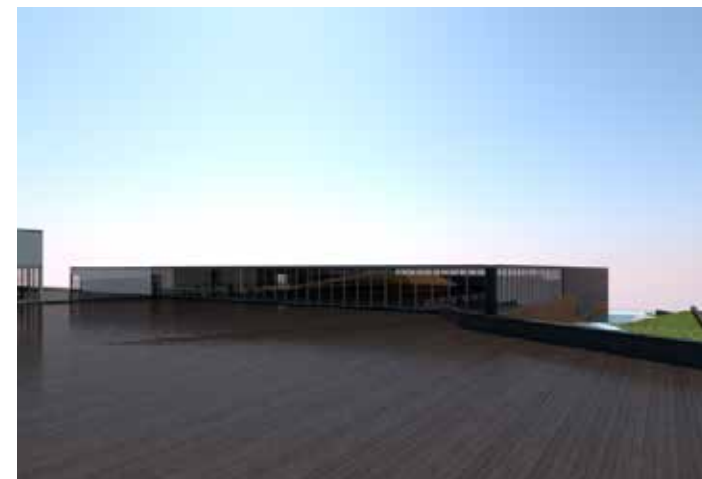


Imagem 51: Sesc Esportivo.



Imagem 52: Sesc Social.

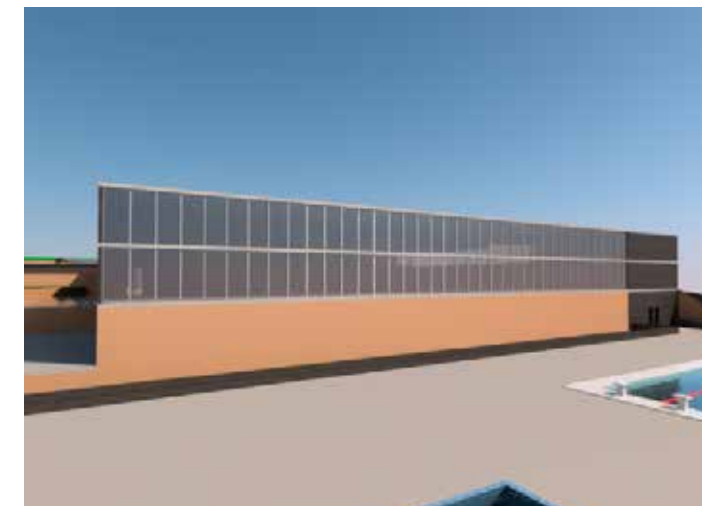


Imagem 53: Sesc Esportivo.



05

referências
bibliográficas

5. Referências Bibliográficas.

SANTOS, Genivaldo da Silva. Aparecida de Goiânia 1963-2010: a consolidação de uma cidade de fronteira. 2017. 168 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007. 207 p.

MILANESI, Luís. A casa da invenção. 3.Ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997. 271 p.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 113 p.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 16. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 110 p.

MIRANDA, Danilo Santos de. Ética e cultura. São Paulo: Perspectiva, 2004. 221 p.

POMPOLO, Camila de Aguiar. Um percurso pelos SESC'S: Uma leitura das transformações tempo-espaciais. São Carlos, 2007. 791p. Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo).

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. 4.Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 147 p.

FERRAZ, Artemis Rodrigues Fontana. Arquitetura moderna das escolas “S” paulistas, 1952-1968: projetar para a formação do trabalhador. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

PINTO, José Vandério Cirqueira. Desconstruindo a “cidade dormitório”: centralidades e espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia (deconstructing a “bedroom community”: centralities and intraurban space of Aparecida de Goiânia - Brazil). Mercator, Fortaleza, v. 08, n. 16, p. 46-59, oct. 2009.